

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Carolina dos Santos Bianchini

**TECENDO SENTIDOS SOBRE MATERNIDADES, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E
PANDEMIA**

Orientador: Jefferson de Souza Bernardes

Coorientadora: Telma Low Silva Junqueira

Maceió

2023

Carolina dos Santos Bianchini

**TECENDO SENTIDOS SOBRE MATERNIDADES, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E
PANDEMIA**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jefferson de Souza Bernardes

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Telma Low Silva Junqueira

Maceió

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 - 1767

B577t Bianchini, Carolina dos Santos.
Tecendo sentidos sobre maternidades, espaços domésticos e pandemia /
Carolina dos Santos Bianchini. – 2023.
81 f. : il.

Orientador: Jefferson de Souza Bernardes.

Co-orientadora: Telma Low Silva Junqueira.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 76-81.

1. Empatia. 2. Trabalho doméstico. 3. Feminismo. 4. Maternidades. 5.
COVID-19. I. Título.

CDU: 613.86



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP


TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINA DOS SANTOS BIANCHINI

Título do Trabalho: "TECENDO SENTIDOS SOBRE MATERNIDADES, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E PANDEMIA".


Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

 Documento assinado digitalmente
JEFFERSON DE SOUZA BERNARDES
Data: 06/08/2023 15:24:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes (PPGP/UFAL)

Coorientadora:


 Documento assinado digitalmente
TELMA LOW SILVA JUNQUEIRA
Data: 07/08/2023 18:08:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Telma Low Silva Junqueira (IP/UFAL)

Examinadores:

 Documento assinado digitalmente
ANNA PAULA UZIEL
Data: 07/08/2023 20:35:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anna Paula Uziel (PPGPS/UERJ)

 Documento assinado digitalmente
MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA RIBEIRO
Data: 10/08/2023 09:35:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 01 de agosto de 2023.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres mães que vivenciaram a pandemia com seus atravessamentos e desafios. Dedico também às mulheres da minha família, em especial, minha filha, minha mãe e minhas avós que me ensinam a construir relações de cuidado.

“Faz de conta que inventamos essa realidade enquanto escrevemos. Faz de conta que nossa curiosidade nos faz pesquisar. Faz de conta que somos mulheres e cientistas.”

(Marília Silveira e Josselem Conti, 2016,
p.64)

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei este projeto já sabia que minha experiência havia despertado os meus interesses de estudo, mesmo assim não imaginava que ela seria minha maior aliada em todo esse percurso. Escrever esses agradecimentos faz parte da finalização de um processo de intensas mudanças que me fizeram duvidar muitas vezes se iria conseguir e, por isso, da gestação ao parto desta pesquisa foi muito importante contar com pessoas especiais.

Agradeço a minha filha, por me apresentar uma experiência de maternidade que gera muito aprendizado, por ser uma criança tão carinhosa e por todos os dias me ensinar sobre o cuidado na relação uma com a outra. Agradeço ao meu esposo, Walberty, por ser um companheiro incrível, por me apoiar e (com)partilhar comigo esse projeto familiar e hoje comemorar essa conquista. Sou muito grata também à minha mãe e ao meu pai pelos afetos de amor e cuidado constantemente presentes na minha história.

Agradeço ao professor Jefferson que desde o início dessa trajetória acolheu as mudanças e os caminhos desta pesquisa e que, através de uma orientação muito sensível, me ensinou sobre a potência de pesquisar com o cotidiano e os afetos.

A professora Telma que de forma muito respeitosa me apresentou a interseccionalidade no debate de gênero e com suas provocações contribuiu para que eu realizasse uma escrita mais consciente e comprometida com as desigualdades.

Agradeço às professoras Maria Ribeiro e Anna Uziel que trouxeram muitas contribuições na etapa da qualificação abrindo possibilidades para pesquisa e também por aceitarem gentilmente o convite para participar da banca de defesa.

Agradeço muito às mulheres mães entrevistadas, Ana, Amanda, Beatriz e Francisca Andrade pela disponibilidade e confiança em compartilhar suas vivências, contribuírem com a produção de sentidos e enriquecerem tanto essa pesquisa. Me sinto grata também por todas as mulheres mães que atravessaram meu caminho, me afetaram com suas histórias e, dessa forma, também fazem parte dessas escritas.

A minha amiga Jéssica da UFAL que dividiu comigo as vivências de ser mãe ao mesmo tempo que mestranda e me sinto grata também à minha amiga Eveline que me acolheu em um momento muito importante desse processo.

Agradeço às minhas queridas vizinhas, Fofa, Kátia e Teka, e ao meu vizinho Pedro, de Maceió, que foram nossa rede de apoio, pessoas fundamentais durante o tempo em que estivemos lá e que levarei para sempre comigo.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 provocou uma série de mudanças nos espaços domésticos, principalmente, no que diz respeito às demandas de cuidado. Historicamente, compreendemos que na sociedade as mulheres, sobretudo, mulheres que vivenciam as maternidades, são e sentem-se mais responsabilizadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças. A perspectiva da interseccionalidade nos convida a compreender que as desigualdades presentes na distribuição e no exercício do cuidado são profundamente atravessadas não apenas pelo gênero, mas também pelos marcadores de raça, classe, entre outros. Ao assumir o cuidado como uma dimensão inerente à condição humana, afirmamos o seu valor e o colocamos como prioritário no debate que a pandemia despertou. Essa pesquisa nos levou a compreender a produção de sentidos de mulheres mães em vivências de cuidado no contexto da pandemia, a partir de entrevistas com 4 mulheres mães. As aproximações em torno dessa compreensão foram desenhadas pelo movimento de investigar vivências de cuidado considerando a perspectiva da interseccionalidade e através das análises dos repertórios linguísticos identificados nas narrativas das mulheres mães entrevistadas. Os resultados apontam para uma sobrecarga que as mulheres mães entrevistadas sentem ao tentar conciliar o trabalho remunerado com o trabalho de cuidado com a casa e com as filhas e filhos, gerando, muitas vezes, conflitos em relação ao compartilhamento das responsabilidades com os pais das crianças, sentimentos de autocobrança, culpa, ao mesmo tempo que expressam satisfação ao exercerem as maternidades. A pesquisa demonstrou que as vivências das maternidades, principalmente no contexto da pandemia, são construídas a partir de contradições de sentimentos e desejos e, nesse mesmo sentido, tais vivências podem ser compreendidas de forma singular e também coletiva. A pesquisa nos convidou a problematizações complexas e situadas sobre discussões que articulam maternidades, trabalho doméstico e pandemia, demonstrando assim a relevância de torná-las centrais no contexto das políticas públicas e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Cuidado; Trabalho doméstico; Feminismos; Maternidade; Pandemia Covid-19.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has brought about a series of changes in domestic spaces, particularly regarding care demands. Historically, we understand that in society, women, especially those who experience motherhood, are more responsible for domestic work and childcare. The perspective of intersectionality invites us to understand that the inequalities present in the distribution and exercise of care are deeply influenced not only by gender but also by markers of race, class, among others. By considering care as an inherent dimension of the human condition, we affirm its value and prioritize it in the debate that the pandemic has sparked. This research led us to understand the production of meanings of motherhood experiences in the context of the pandemic, based on open interviews with four mothers. The approaches around this understanding were shaped by the movement to investigate care experiences considering the perspective of intersectionality, as well as through the analysis of linguistic repertoires identified in the narratives of the interviewed mothers. The results point to a burden that the interviewed mothers feel when trying to balance paid work with caregiving responsibilities at home for their daughters and sons, often leading to conflicts regarding the sharing of responsibilities with the children's fathers, feelings of self-demand, guilt, while also expressing satisfaction in exercising motherhood. The research demonstrated that motherhood experiences, especially in the context of the pandemic, are built upon contradictions of feelings and desires, and in this sense, these experiences can be understood both as individual and collective. The research invites us to complex and situated problematizations regarding discussions that link motherhood, domestic work, and the pandemic, thus demonstrating the relevance of making them central in the context of public policies and society as a whole.

Keywords: Care; Domestic work; Feminisms; Motherhood; Covid-19 pandemic.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. GÊNERO, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E DESIGUALDADES	16
2.1. PANDEMIA, ESPAÇO DOMÉSTICO E MATERNIDADES	22
3. PERCURSOS METODOLÓGICOS	27
3.1. O CAMPO EM UM DIÁRIO: HISTÓRIAS QUE CONTAM SOBRE GÊNERO, MATERNIDADES E CUIDADO	Erro! Indicador não definido.
3.2. Entrevistas e Mapas Dialógicos	36
4. TEMAS TRANSVERSAIS, REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E AS PRODUÇÕES DE SENTIDOS	46
Pandemia.....	47
Maternidades	51
Redes de Apoio e/ou Cuidado Compartilhado	57
Espaços domésticos e trabalho doméstico não remunerado.....	63
Trabalho Remunerado e Gênero	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. REFERÊNCIAS	76

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 marcou o início de um período de fortes mudanças em vários setores e camadas da sociedade. A disseminação do vírus da covid-19 nos levou à pandemia, e esta, por sua vez, culminou na maior crise sanitária dos últimos anos. Nesse contexto, muitas vidas foram perdidas e muitas realidades modificadas em meio a um ambiente repleto de medos e incertezas. Um ano antes da pandemia, descobri que estava grávida e, apesar de muito preparo e consciência de que minha vida mudaria completamente com a chegada da minha filha, jamais imaginava experimentar essa metamorfose em uma crise pandêmica.

Quando decidi que precisava voltar a trabalhar, cerca de 3 meses após o nascimento da minha filha, o que eu imaginava que seria um retorno ao trabalho, foi – e tem sido – um processo totalmente novo e desafiador. Assim como eu já não era mais a mesma pessoa desde a gestação, tampouco a psicologia clínica permaneceu no mesmo lugar desde a pandemia. Não que meu trabalho clínico tenha passado algum tempo estático e imóvel, muito pelo contrário. A clínica em psicologia enquanto lugar de escuta, acolhimento e afetações é necessariamente em sua constância um organismo vivo e dinâmico.

O distanciamento social foi adotado como principal estratégia de prevenção à contaminação da covid-19 e com isso a psicologia, assim como muitas outras profissões, teve que migrar do presencial para o trabalho remoto e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) foi intensificado tornando-se ferramentas essenciais de trabalho. A pandemia acelerou tanto a oferta de serviços psicológicos *online*, quanto o número de pessoas que dentro de suas casas procuraram acolhimento para lidar com os impactos do contexto. Essa bruta mudança no exercício da profissão mobilizou as(os) trabalhadoras(es) a muitas reflexões e capacitações. Eu não havia experimentado e nem estudado esse formato de atuação e percebia a importância de pesquisar sobre essa temática. Nesse momento, desenhei meu projeto para o mestrado com o objetivo de compreender as transformações provocadas pela pandemia na atuação clínica.

Pouco tempo depois que entrei no mestrado, eu, meu esposo e minha filha nos mudamos do interior do Rio de Janeiro para Maceió e essa mudança significativa possibilitou que minha pesquisa tomasse outras direções. As creches não estavam

funcionando normalmente e para exercer nossos trabalhos remunerados e cuidar de nossa filha, contávamos com uma importante rede de apoio composta pela minha mãe, meu pai e minha sogra. Essa rede se restringia a pessoas da família, pois naquele momento precisávamos nos proteger evitando ao máximo o contato com outras pessoas. Após nossa mudança e, conseqüentemente, a perda da rede de apoio, a experiência do trabalho remoto, como psicóloga clínica, passou por muitas adaptações e com elas afetações. Segundo as autoras Juliana Silva, Vanessa Cardoso, Kamila Abreu e Lívia Silva:

O trabalho desenvolvido dentro do lar acabou privando as mulheres do seu escasso tempo de descanso, não há horário estipulado para o início e término de atividades, assim o trabalho público invade o ambiente privado, acarretando um acúmulo de atividades que podem gerar inclusive problemas psíquicos e exaustão (2020, p.153).

Naquele momento, viver a maternidade, cuidar do espaço doméstico e o trabalho remunerado em casa foi algo muito desafiador e que muitas vezes não era possível. Comecei então a refletir sobre essas experiências em conjunto e notar que, apesar de realizá-las há bastante tempo, eu nunca as havia percebido em seus efeitos e complexidades. Na realidade, foi durante esse período que comecei a questionar esses lugares e a reconhecer que eram práticas que eu exercia de forma bastante naturalizada.

O isolamento social, como realidade para uma parte da população, suscitou uma série de mudanças nos espaços domésticos. Mudanças essas provocadas por maiores cuidados com relação à limpeza, a fim de evitar a contaminação e também adequações diversas de rotinas e organizações para o exercício dos trabalhos remotos. Em muitos momentos não conseguia identificar quando meu trabalho acabava, pois em seguida ou às vezes ao mesmo tempo, durante os intervalos, realizava o trabalho doméstico. Trabalhar de forma remunerada dentro de casa, fez parecer que o trabalho não tinha fim. Demarcar os espaços, encontrar limites, definir tempo para cada função nesse contexto foram tarefas, quando não impossíveis, extremamente desafiadoras e exaustivas.

Segundo, Maria Betânia de Melo (2009)¹ a expressão “dupla jornada de trabalho” diz respeito a trabalhos que não são isolados, mas que se sobrepõem. A sensação é de que o trabalho doméstico, os cuidados das(os) filhas(os) e da casa, na

¹ Nessa pesquisa, como forma de visibilizar e valorizar as produções de mulheres cientistas, optamos colocar seus nomes por extenso no primeiro momento que utilizamos como referência.

medida em que ocupam o mesmo espaço e, às vezes, o mesmo tempo que o trabalho remoto, estão em disputa direta, sem nítida delimitação de pertencimento e temporalidade, os trabalhos se embaralham e estendem suas jornadas (ARAÚJO, Tânia Maria de; LUA, Iracema, 2020).

A ausência de rede de apoio que pudesse me auxiliar com os cuidados da minha filha, me trouxe muita insegurança quanto ao futuro do meu trabalho remoto, que apesar de ser alvo de muito desejo, temia ter que abandoná-lo. Há um esforço midiático para apresentar o trabalho remoto como algo que facilita a liberdade e a autonomia, contudo esses aspectos são dependentes de características interseccionais como raça, classe, gênero, composição familiar e ocupação etc. Nesse sentido, alguns estudos apontam que a implantação do trabalho remoto possivelmente aprofunda desigualdades de classe, gênero, de geração e de raça (ARAÚJO; LUA, 2020).

As primeiras semanas morando em Maceió foram de intensas adaptações e me recordo de uma experiência muito marcante. Estávamos nós três em casa, meu esposo participava de uma reunião remota, estava quase na hora de eu iniciar um atendimento *online* quando Laura adormeceu no carrinho próximo ao pai. Enquanto atendia ouço um barulho alto e, em seguida, um choro estridente. Na hora minha paciente também ouviu e logo me perguntou se eu gostaria de verificar o que tinha acontecido. Desci as escadas correndo e Laura havia caído do carrinho, fiquei muito assustada e preocupada, mas felizmente ela não se machucou.

No momento do tombo, meu esposo apresentava algo durante a reunião e ficou se sentindo mal, por não ter conseguido evitar. Expliquei a situação para minha paciente e não pude continuar o atendimento. Sentia muita frustração ao perceber que não foi possível “dar conta”. Falhei na maternidade e falhei no trabalho. Considerar que somos humanos e eventualmente falhamos não auxiliou naquele momento. Exercer os cuidados com minha filha e trabalhar de forma remota pareciam movimentos incompatíveis na pandemia. Ainda que nossos trabalhos oportunizassem certas flexibilidades de horários e rotinas, nem sempre era possível que as funções fossem executadas de forma satisfatória.

Algum tempo depois, lembrei dessa experiência enquanto ouvia um podcast, que falava sobre a iniciativa “filhos no currículo”², criada por duas mulheres que são

² Projeto disponível em: <https://filhosnocurriculo.com.br/>.

mães e empreendedoras e que, implicadas em compreender os motivos que impedem muitas mulheres de permanecerem no mercado de trabalho, convidam empresas a repensarem suas relações e práticas de trabalho. Já havia ouvido a expressão: “Viver não cabe no Lattes”, e ali eu pensava que a maternidade também não caberia no meu currículo, mas que a incluir não deveria ser algo visto como negativo.

É no cotidiano das relações parentais que aprendemos e desenvolvemos novas habilidades. Cuidar de alguém é construir novas formas de escuta e comunicação, é aprender a negociar com a/o outra/o e gerenciar conflitos. É exercitar a criatividade, a empatia e a resiliência. É estar em contato de forma sensível com diversos sentimentos seus e das crianças e decidir como lidar com eles. O projeto “Filhos no Currículo” propõe criar cada vez mais conexões entre o cuidado das crianças e o exercício do trabalho.

A carreira profissional de mulheres³ tem efeitos bastante diferentes da carreira dos homens, muitas vezes por questões relativas às maternidades. Há relatos de mulheres mães⁴ que contam que em processos seletivos expuseram a existência de filha/o/s ou até mesmo sobre a possibilidade de engravidar e essas colocações resultaram em repercussões negativas. Não à toa é mais comum em processos seletivos que mulheres sejam questionadas sobre filha/o/s e não observamos relatos nos quais homens também vivenciem esse cenário.

As vivências de maternidades são tão intensas e singulares que, talvez, “colocá-las” em currículos seria algo muito reducionista. Em contrapartida, ignorar filha/o/s e suas demandas do contexto de trabalho remunerado é algo que muitas empresas ainda fazem sem sucesso. Considerar características específicas das maternidades pode reforçar certos estigmas e estereótipos, ao mesmo tempo que nos parece importante visibilizar as questões referentes a elas frente às profissões e empresas. Cabe discutir e pensar nas possibilidades de diálogo nos espaços de trabalho que coloquem em pauta as vivências de mulheres mães em uma perspectiva de que tais vivências não sejam consideradas obstáculos, mas potências particulares de cada maternidade.

³ Voltaremos nessa discussão em outro momento do trabalho, no qual abordaremos os temas identificados nas entrevistas.

⁴ Reportagem que expõe competências esperadas no mercado de trabalho e que são potencializadas nas maternidades, além disso conta também desafios encontrados por mulheres mães em suas carreiras profissionais: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/05/14/gestao-de-crianca-lideranca-e-resiliencia-mercado-de-trabalho-valoriza-competencias-potencializadas-pela-maternidade.ghtml>.

Dentre muitas reflexões provocadas a partir do tombo da minha filha, uma delas foi perceber o quão difícil, e talvez inútil, foi separar “casa e filhas/os” de trabalho na pandemia. Em algumas semanas morando em Maceió, conseguimos uma creche para Laura ficar durante meio período e nesse tempo eu precisava me dedicar basicamente a três funções: o trabalho remoto, o trabalho doméstico e o mestrado.

Foi bastante difícil perceber que não seria possível atender às demandas dessas funções no tempo em que ela estava ausente. Meu esposo ocupava um cargo de liderança em uma empresa e não havia um horário de início e término de trabalho previamente estabelecidos, portanto, sentíamos sobrecarga e estresse com a rotina. Aos finais de semana, o desejado tempo livre para descansar ou ter momentos de lazer só existia, se fechássemos os olhos para a pilha de louças na pia e/ou tantas outras tarefas domésticas e de cuidado que parecem não ter fim. Na medida em que meu trabalho remunerado era remoto, acarretando passar mais tempo em casa, eu me sentia mais responsável em realizar o trabalho doméstico. Apesar da consciência de que as tarefas domésticas devem ser divididas entre as pessoas da casa, persistia em mim a ideia de que os cuidados com a Laura e o trabalho doméstico eram mais responsabilidade minha. Assumir essa responsabilidade de uma forma que até então eu não havia questionado, era um lugar que, apesar do cansaço, eu experimentava com bastante naturalidade.

Nesse período ouvi de uma psicóloga que eu precisava estabelecer prioridades e, para mim, estava claro que além da minha filha, o trabalho como psicóloga clínica, os estudos do mestrado, bem como organização e limpeza da casa eram minhas prioridades. Impulsionada por entender como eu me colocava diante dessas vivências e demandas, comecei a me apropriar inicialmente sobre estudos de gênero e trabalho doméstico e desenhar outro objetivo para minha pesquisa.

Por meio da minha experiência cotidiana na pandemia, fui compreendendo o espaço doméstico como um trabalho e dessa forma iniciei um processo de visibilizá-lo e desnaturalizá-lo. Esse caminho só foi possível porque aos poucos ia tornando consciente e dialogando sobre os efeitos que essas práticas produziam e produzem na minha vida e na vida de outras mulheres. Dessa forma, quando conto sobre a construção desta pesquisa trago minhas afetações como mulher e mãe que no contexto da pandemia permitiram que eu chegasse aos estudos de gênero.

Investigar é uma forma de relatar o mundo e a pesquisa social é tanto um produto social para relatar quanto um produtor de relatos; uma maneira de contar – e produzir – o mundo. A pesquisa nasce da curiosidade e da

experiência, tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência (SPINK, Mary Jane, 2003, p. 9).

Ao compartilhar minhas experiências com uma colega do mestrado, ela me contou que ouviu de uma pesquisadora que muitas mulheres vivem na “lógica do enquanto”⁵. Para aquelas que tiveram a oportunidade de trabalhar de forma remota na pandemia, tornou-se comum, por exemplo, dar atenção às(aos) filhas(os) *enquanto* realizam o trabalho remunerado, ou lavar a roupa, *enquanto* organizam a lista do supermercado. Essa dinâmica já era vivenciada antes da pandemia, principalmente pelas mulheres, que são aquelas que “trabalham fora” e, ao mesmo tempo, realizam quase todo ou todo o trabalho doméstico, porém na pandemia tornou-se muito mais difícil o gerenciamento de trabalhos e rotina familiar.

Com relação ao gênero, é provável que a ausência de fronteiras de tempo e espaço entre as funções seja ainda mais perturbadora para quem responde pelas demandas familiares. É provável, então, que o trabalho remoto seja mais prejudicial às mulheres, sobretudo para aquelas com crianças pequenas e para as mães solteiras (ARAÚJO; LUA, 2020, p. 7).

A construção da temática desta pesquisa ocorreu a partir da noção de campo-tema, na qual o campo é nosso próprio tema de pesquisa. Consideramos que estamos no campo o tempo todo e a pesquisa se caracteriza também a partir do acaso e informalidade. Repensar o conceito de campo permite compreendê-lo como algo que não é distante, campo não é um lugar específico no qual nos deslocamos até ele para pesquisar (SPINK, 2003; 2008). Esta noção dialoga muito com este trabalho na medida em que é um campo que eu vivo, construo experiências e sou profundamente afetada por ele e com ele.

Além do campo-tema, a pesquisa partiu também de uma epistemologia que compreende os saberes como localizados (HARAWAY, Donna, 1995), dessa forma a objetividade é sempre parcial e situada. “Não há maneira de estar simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma das posições privilegiadas estruturadas por gênero, raça, nação e classe.” (HARAWAY, 1995, p. 26). A ideia de parcialidade permite a abertura de possibilidades e conexões que podem emergir, ao ser considerado o conhecimento como situado. Ao assumir o conhecimento como parcial e situado somos impulsionadas a tornarmos responsáveis pelo que e como aprendemos.

⁵ Expressão utilizada pela professora Carla Antloga, que pesquisa sobre o trabalho feminino e a psicodinâmica do trabalho.

Partindo de uma perspectiva interseccional, compreendo que os marcadores que compõem a minha história estão presentes nas minhas experiências singulares e, ao perceber que ocupo um lugar de privilégio e que minhas histórias são construídas desse lugar, questiono então como minha própria trajetória constrói meu ponto de vista? Questiono de que forma o lugar social que ocupo constitui a minha forma de ver o mundo? O que é que eu vejo desse lugar e o que eu não consigo enxergar por estar nesse lugar? Considerando que minha realidade é construída sendo uma mulher cisgênero branca de classe média, quais sentidos se produzem e quais eu desconheço por ocupar esse lugar?

Após a contextualização do nosso campo-tema, em: “Gênero, espaços domésticos e desigualdades”, próximo capítulo desta pesquisa, buscamos compreender na literatura articulações entre gênero e espaços domésticos que produzem a responsabilização das mulheres acerca desses espaços, considerando uma perspectiva interseccional. Construimos em seguida, o tópico: “Pandemia, espaços domésticos e maternidades” com algumas proposições acerca de como o contexto pandêmico influenciou sobre os espaços domésticos, desta vez com o recorte das vivências de maternidades.

No terceiro capítulo: “O campo em um diário: histórias sobre gênero, maternidades e cuidado” escolhemos contar algumas histórias dos diários de campo que produzimos. Essas histórias abrem o tópico: “Caminhos metodológicos”, no qual apresentamos o percurso da metodologia da pesquisa, a produção de entrevistas e os mapas dialógicos. Antes das considerações finais, no quarto capítulo intitulado “Temas transversais, repertórios linguísticos e produções de sentido”, trouxemos os temas identificados nos diálogos das entrevistas, bem como as análises dos repertórios e discussões sobre as produções de sentido.

2 GÊNERO, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E DESIGUALDADES

Silvia Federici, ativista feminista na luta da valorização e reivindicação salarial do trabalho doméstico, em sua obra “O ponto zero da revolução - Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (2018) traz importantes contribuições para o combate da

exploração às mulheres provocadas pelo sistema capitalista, racista e colonial. Nesta obra, a autora aponta que antes do surgimento do capitalismo, o trabalho doméstico e de cuidados possuíam valores proporcionais ao trabalho de caça, da lavoura e do comércio. A partir do desenvolvimento da revolução industrial e depois com o capitalismo, houve significativa separação entre os espaços públicos e privados e com isso transformações nos papéis compreendidos para homens e mulheres.

Segundo Danièle Kergoat (2009), em meados da década de 1970, o feminismo europeu analisou as práticas de trabalho levando em conta as questões de gênero e demonstrou a existência de uma divisão sexual do trabalho racializada, que configura relações sociais nas quais os homens se ligam à esfera pública e aos mecanismos de trabalho de produção e, as mulheres às tarefas de reprodução no espaço privado:

O feminismo revela que os seres humanos não são totalmente independentes, que este é um mito que esconde a enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado que as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida (MORENO, Renata; 2015, p. 45).

Os estudos sobre essa divisão do trabalho permitiram que a sociedade começasse a entender as atividades realizadas nos espaços domésticos, também como um trabalho. Contudo, essa divisão sexual do trabalho surge de uma perspectiva de mulheres brancas, ou seja, uma leitura racializada e parcial da relação entre espaços domésticos e trabalho. O conceito de trabalho começou a ser reestruturado a fim de alcançar também o contexto familiar, sendo este movimento um processo político e de produção de conhecimento que se construiu através dos feminismos (ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica, 2014).

O trabalho de cuidado com relação a bebês e crianças exige investimentos diários que contribuam para o desenvolvimento emocional, físico, social e psíquico. Nesse sentido, o cuidado é construído por algumas dimensões, como afetividade, trabalho, subjetividade, relacionamentos que garantem a complexidade do fenômeno etc. (ENGEL, Cíntia; PEREIRA, Bruna, 2015).

Quando o feminismo europeu branco hegemônico trouxe críticas acerca do que seria dupla ou tripla jornada de trabalho, as mulheres negras já se articulavam em torno dos trabalhos remunerados e do trabalho doméstico não remunerado, posicionados dentro de uma lógica racista e patriarcal que separa casa e trabalho (VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias, 2021).

Dessa forma, apesar da teorização da divisão sociosexual do trabalho⁶ ter contribuído muito na luta contra opressões de gênero, dando visibilidade ao trabalho doméstico/reprodutivo, a análise do trabalho doméstico a partir da categoria de gênero é insuficiente, pois exclui outros marcadores fundamentais que configuram diferentes realidades para mulheres.

Gênero, raça e classe marcam o que a autora Helena Hirata (2017) nos aponta como a bipolarização do trabalho feminino, no qual mulheres brancas têm profissões com melhores remunerações e maior prestígio social, enquanto mulheres negras em sua maioria têm empregos com remuneração precária e pouca valoração social, como as empregadas domésticas e diaristas. Relações de gênero são consubstanciais às relações sociais de classe e de raça, para analisarmos desigualdades de gênero. No que tange ao campo do trabalho, por exemplo, é preciso compreender estruturas como o racismo e opressões de classe.

Essa diferenciação evidencia desigualdades sociais nas quais mulheres com maior poder aquisitivo contam com o trabalho de outras mulheres para a realização do trabalho doméstico e do cuidado com a família. As mulheres negras trazidas da África durante o período da escravidão trabalhavam na lavoura e na casa dos “senhores” como amas de leite e mucamas, sendo essas últimas consideradas privilegiadas socialmente por andarem mais bem vestidas (TEIXEIRA, Juliana Cristina, 2021).

A proximidade das mulheres negras com as famílias provocava, além de outras formas de violência, como a sexual, por exemplo, aspectos ambíguos nessas relações. Na medida em que as mulheres escravizadas no espaço doméstico eram vistas como “mães pretas” das/os filhas/os da família escravocrata, muitas vezes construía-se uma relação afetiva ao mesmo tempo em que sofriam exploração e violência (CANDIOTA Helena dos Santos; VERGARA, Daniel Luis Moura; 2010).

A utilização de expressões “como se fosse da família” ou “ela é praticamente da família” são retratos de relações que combinam afeto com uma dinâmica de manutenção de hierarquia e poder. A ambiguidade que se faz presente no trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, bem como nas práticas de cuidado em geral

⁶ Apoiadas/o na necessidade de ampliar as mais variadas dimensões sociais e desiguais, como raça, etnia, questões indígenas e grupos LGBTQ+, os estudos modificaram o termo: “divisão sexual do trabalho” para “divisão sociosexual do trabalho” (NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PESTANA, Bárbara Militelo; RODRIGUES, Guilherme dos Santos Dias, 2021).

consideradas responsabilidades das mulheres, é uma das possibilidades de sentidos produzidos por essas vivências.

Os aspectos e sentimentos ambíguos que aparecem no exercício do cuidado podem ter relações com a construção social de estereótipos acerca do “papel” da mulher na sociedade. O amor enquanto construção social associado ao trabalho do cuidado contribui para mascarar relações de poder e desigualdades de gênero, raça e classe. Nesse sentido, analisar o trabalho de cuidado sob uma dimensão afetiva, é uma proposta reducionista. Segundo as autoras, Hirata e Kergoat,

foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (2013, p.597).

Os estudos raciais e os estudos da divisão sociosexual do trabalho contribuem para a compreensão das desigualdades quanto à distribuição e valor dos diferentes trabalhos. Trabalhos considerados produtivos possuem maior valor e reconhecimento social, em contrapartida trabalhos domésticos e de cuidados são desvalorizados e estigmatizados podendo gerar impactos negativos à subjetividade das trabalhadoras (SILVA, Christiane; ARAÚJO, José; MOREIRA, Maria; BARROS, Vanessa, 2017).

As tarefas domésticas e o trabalho de cuidado com as(os) filhas(os) demandam tempo e investimento psíquico e embora sejam trabalhos fundamentais na sociedade são bastante invisibilizados por serem relacionados às tarefas de cuidado (KERGOAT, 2016).

Nesse sentido, convocamos uma pauta importante de algumas teóricas feministas, no que tange à inclusão do trabalho doméstico não remunerado e do trabalho de cuidado⁷, no cálculo da riqueza nacional contabilizado pelo Produto Interno Bruto (PIB). A fim de evidenciar a importância deste debate e qualificar a demanda, são desenvolvidas pesquisas sobre o uso do tempo na realização do que chamamos de “trabalho não pago”. Construir um indicador social do trabalho não pago no Brasil e que seja incorporado ao Sistema de Contas Nacionais (SCN), é uma proposta metodológica que objetiva dar visibilidade e importância econômica às

⁷ Encontramos também informações de 2019 sobre o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas atrelado aos indicadores sociais das mulheres no Brasil: Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil | IBGE.

atividades realizadas predominantemente por mulheres, em prol do bem-estar das pessoas (MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; 2021).

Nota-se a invisibilidade do trabalho doméstico ao percebermos que 70 anos após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), só em 2013, com a Proposta de Emenda Constitucional, conhecida como “PEC das domésticas”, e depois com a Lei Complementar Nº 150 de 01 de junho de 2015, as empregadas domésticas conquistaram uma parte dos seus direitos trabalhistas, fruto da luta de mulheres negras que representam a maioria da categoria (TEIXEIRA, Juliana Cristina, 2021).

Dessa forma, as várias faces do cuidado e do cuidar são articuladas pelos marcadores de gênero, raça e classe, sinalizando nessas relações quem cuida e quem é beneficiada(o) pelos cuidados (GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; 2020). Na medida em que mulheres realizam majoritariamente trabalhos relacionados às práticas de cuidado, encontramos um fenômeno chamado feminização do trabalho, no qual as profissões ditas “femininas” são aquelas vinculadas às tarefas de cuidar, servir e educar compreendidas como vocação da mulher. As mulheres ocupam a maioria das profissões que envolvem as práticas de cuidado⁸, como no caso do setor da saúde, no qual mais de 70% da força de trabalho é feminina (MATOS, Izabella Barison; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti; OLIVEIRA, Maria da Conceição de, 2013).

Na obra “Um amor conquistado: O mito do amor materno” (2009), a historiadora Elisabeth Badinter coloca que a noção de “instinto materno” nem sempre existiu e que é possível compreender sua construção histórica e social. Objetivando sustentar interesses econômicos e políticos, discursos científicos e outros mecanismos foram criados, para que a maternidade fosse percebida como um instinto e um destino natural à mulher. Ao mesmo tempo que o ideal materno era construído, tornando-se um lugar de validação social para a mulher, este ideal também tem sido tensionado desde que mulheres entraram no mercado de trabalho e, continuaram exercendo sobremaneira a função de cuidadoras.

No debate das temáticas de cuidado e gênero, a autora Valeska Zanello (2018) conceitua dois dispositivos, o materno e o amoroso, que segundo ela nos ajudam a compreender os processos de subjetivação das mulheres ao longo da história. O

⁸ Indicadores sociais das mulheres no Brasil e com dados sobre número de horas dedicados ao cuidado com pessoas (IBGE, 2019): <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>.

dispositivo materno diz respeito à naturalização da capacidade de cuidar, em geral das mulheres com relação às crianças, aos espaços domésticos e ao cuidado dos/com os homens. A autora nos conta que esse dispositivo foi construído histórica e socialmente, através do capitalismo, e, ao considerar sua existência, percebe-se que algumas mulheres muitas vezes colocam os desejos e as necessidades das outras pessoas, sobretudo dos homens, como prioridade em detrimento das demandas pessoais. Nesse sentido, o processo de tornar-se homem seria diferente do tornar-se mulher, no qual o primeiro é marcado pelo egocentrismo e nessa dinâmica acabam lucrando com o dispositivo materno (ZANELLO, 2018).

Diante dessa conceituação, deparamo-nos com o convite de questionar uma caracterização universal acerca do binarismo, do que seria “ser mulher” e “ser homem”, processo este que poderá acabar reduzindo as vivências das pessoas a partir dessa oposição. Quando pensamos, por exemplo, no movimento feminista advindo do processo de industrialização (século XVIII), mulheres brancas reivindicavam o direito de trabalhar “fora” e problematizavam o trabalho doméstico não remunerado e o cuidado das crianças exercido por elas (FEDERICI, 2021). Enquanto isso, as mulheres negras que foram escravizadas, já trabalhavam “fora” e dessa forma, tinham vivências muito diferentes, inclusive com relação ao espaço doméstico:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados [...]. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, Sueli, 2020, p. 2).

Quando dialogamos com as pautas dos feminismos, nos deparamos com singularidades, que compreendem noções de gênero, raça e classe social, permitindo compreender efeitos e opressões em diferentes escalas. O feminismo negro, nos convida a refletir que é importante que os discursos que se propõem a pensar e combater as desigualdades de gênero tenham o cuidado de não cristalizar noções universais e binárias. Nesse sentido, nos perguntamos quais e como são as histórias e narrativas das mulheres negras frente ao tema do cuidado? E como as mulheres transsexuais, por exemplo, são afetadas e vivenciam os espaços domésticos e as atividades neles realizadas? Conhecer e situar as vivências das diferentes mulheres em relação ao cuidado, ao trabalho realizado dentro e fora do espaço doméstico torna-se importante para não generalizarmos e reduzirmos o tema.

Consideramos, portanto, que o cuidado é uma dimensão crucial para a sustentação da vida das pessoas e, nessa perspectiva, tomamos como premissa que a interseccionalidade é fundamental para reconhecermos a complexidade desse fenômeno e compreendermos os sentidos produzidos por mulheres mães em um contexto de pandemia. Entendemos o conceito de interseccionalidade como a articulação entre eixos de poder e de discriminação que, através de dinâmicas estruturais, atuam oprimindo e desempoderando diferentes pessoas, em especial as mulheres negras e pobres (CRENSHAW, Kimberlé Williams, 2002).

2.1. PANDEMIA, ESPAÇO DOMÉSTICO E MATERNIDADES

A pandemia provocou uma série de mudanças e readaptações em todas as camadas da sociedade. A partir de novas configurações de relações e trabalho, os espaços domésticos passaram por muitas transformações neste período. Por causa do confinamento domiciliar, uma parcela da categoria de trabalhadoras/es começou a trabalhar de forma remota e essa nova dinâmica chama atenção para importantes disparidades que marcam as vivências de homens e mulheres com relação às demandas de cuidado da casa e das/dos filhas/filhos.

As autoras Guimarães e Hirata (2020) e Hildete Melo (2020), colocam que antes da pandemia, já era notável a prevalência de desproporção entre a participação de homens e mulheres nas atividades domésticas e de cuidado, e a pandemia trouxe para o debate a difícil conciliação das mulheres em ir para o mercado de trabalho e o cuidado da/com a família.

Alta incidência de desemprego, precarização das condições de sobrevivência, insegurança alimentar familiar, sobrecarga de trabalhos (remunerados, domésticos e de cuidado), esgotamento físico e psíquico e prejuízos à saúde mental são algumas das consequências que, segundo Valeska Zanello (2020), apoiada na literatura internacional, recebem destaque em meio à pandemia, inclusive de forma comparativa às consequências para os homens.

Apontamos as desigualdades de gênero com relação às mudanças nos espaços domésticos provocados pelo isolamento social e nos perguntamos em seguida: quem são as mulheres que puderam permanecer em suas casas com garantias de direito? Seguramente mulheres que sofrem de vulnerabilidades,

sobretudo, mulheres negras, empregadas domésticas, não puderam ter esses privilégios. Uma leitura construída sobre a pandemia, gênero e espaços domésticos que considere a interseccionalidade, nos aponta que a pandemia, além de tornar visível agravou crises sociais, econômicas e sanitárias, colocando em evidência que os determinantes sociais de gênero, cor/raça e classe social são fundamentais para compreender situações de desigualdade e vulnerabilidade (LOW, Telma; SPÓSITO, Danielly; FERRY, Vanessa; 2020).

A pandemia não só escancarou, como também aumentou as desigualdades sociais e assimetrias nas relações de cuidado, sejam elas remuneradas ou não. A pesquisa: “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pela Gênero e Número e a Sempre Viva Organização Feminista (SOF)⁹ demonstrou como a crise da pandemia e o isolamento social aumentaram as desigualdades nas tarefas de cuidado. Os eixos pesquisados compreendem os efeitos da crise da saúde sobre o trabalho, renda e sustentação financeira das mulheres ao contemplar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado dentro dos domicílios. Os dados dessa pesquisa nos contam que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia. Em todos os indicadores relativos a essas tarefas, sendo eles: cuidado de idosas(os); filhas(os) até 12 anos; outras crianças; pessoas com deficiência e pessoas adultas saudáveis e sem deficiências, as mulheres negras aparecem como a maioria daquelas que exercem cuidado em comparação com brancas e indígenas.

Nesse sentido, a pandemia agravou, porque multiplicou, a carga de trabalho de cuidado que as mulheres já exerciam, seja como uma “obrigação” (que socialmente se lhes impõe), seja como “ajuda”, apoio a outrem, a denotar os laços de interdependência e as relações de reciprocidade que sustentam a vida cotidiana, notadamente entre os mais pobres e vulneráveis (GUIMARÃES; HIRATA, 2020, p. 262).

Um relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2021),¹⁰ que explora os efeitos da pandemia em mulheres e meninas, apresentou resultados em áreas da saúde, emprego e bem-estar social, discutindo como a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres nas Américas. As mulheres estavam na linha de

⁹ Gênero e Número é a primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero e a SOF é uma organização não governamental que expressa sua razão de ser em três palavras-chave: movimento social, transformação e feminismo.

¹⁰ Reportagem sobre relatório disponível em: [s://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas](https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas).

frente de combate à Covid-19, compondo a grande maioria das/os profissionais de saúde, dessa forma estavam mais expostas ao risco de contrair a doença. Ainda com relação aos efeitos, é apontado também o aumento do índice de mortalidade materna de mulheres gestantes nesse período, no qual tiveram que lidar com afetos de medo de poder dar à luz com segurança em uma unidade de saúde e, infelizmente, muitas não receberam os cuidados necessários em um tempo ideal.

Os diferentes efeitos para mulheres demarcam a importância de compreendê-los utilizando uma leitura interseccional que discuta desigualdades e violências. No artigo: “Desigualdades Raciais e violência de gênero: o que podemos (des)aprender com a pandemia da COVID-19 desde uma perspectiva interseccional?” (LOW; SPÓSITO; FERRY; 2020), as autoras teceram, a partir dos seus lugares de fala,¹¹ reflexões fundamentais acerca das desigualdades de gênero e raça acentuadas pela pandemia.

A violência de gênero no espaço doméstico que já vinha aumentando ao longo dos últimos anos, teve seu crescimento ainda maior nesse período. Além disso, aumentaram também outras formas de violências oriundas de opressões exercidas por mulheres brancas contra mulheres negras, especialmente quando discutimos o trabalho doméstico (LOW; SPÓSITO; FERRY; 2020).

As autoras nos convidam a fazer um exercício reflexivo diante do aumento de casos de violência doméstica que nos trará uma discussão bastante importante. Fechando os olhos e ouvindo a palavra doméstica, o que vem à nossa mente? Muito provavelmente a visão da maioria das pessoas será de uma mulher negra e isso nos leva a pensar que essa problemática tem gênero, cor/raça e etnia, cuja origem remete a uma sociedade historicamente racista e patriarcal.

As primeiras mulheres violentadas, no Brasil, foram mulheres indígenas e negras. A colonização estabeleceu que haveriam as chamadas negras de dentro, mulheres negras que viviam na casa grande, para realizar o trabalho doméstico. O recorte racial é fundamental. O termo doméstica traz, portanto, historicamente, elementos e discursos sobre essas mulheres (LOW; SPÓSITO; FERRY, 2020, p.62).

¹¹ Djamila Ribeiro é uma autora brasileira, filósofa, feminista negra e acadêmica que em seu livro “lugar de fala” nos apresenta a discussão crítica sobre quem pode falar em uma sociedade machista e patriarcal onde o discurso legitimado é do homem branco. Coloca a importância de pensar como as outras vozes são consideradas fora da norma e como esse regime de discursos impede que essas outras vozes façam parte e tenham os mesmos direitos. Nesse caso, entendemos “voz/vozes” não só como “emissão de palavras”, mas também no sentido de existência.

É necessário compreender os marcadores étnicos e raciais no que tange à violência doméstica contra mulheres para então discutirmos a questão dos espaços domésticos na pandemia. Uma campanha muito fomentada neste contexto foi “Fiquem em casa”, uma iniciativa que parte de uma generalização das pessoas, bem como invisibiliza milhares de pessoas que, dentro das suas realidades, não possuem condições de “ficar em casa” com as garantias dos seus direitos ou até mesmo por não possuírem uma casa (LOW; SPÓSITO; FERRY; 2020).

Se por um lado temos um contingente de pessoas que não tiveram o privilégio de ficar em suas casas, por outro lado há o privilégio das pessoas em, não só ficarem em suas casas, como também acreditarem que outras pessoas deveriam sair de suas casas para trabalhar em seus espaços domésticos. O trabalho das empregadas domésticas foi alvo de muito debate e alguns estados como o Pará, por exemplo, decretou no período de lockdown, que o serviço doméstico era uma atividade essencial¹² e dessa forma não deveria ser paralisado. Essa decisão vai na contramão do decreto federal de serviço essencial¹³ e as recomendações do Ministério Público do Trabalho (MPT). Além do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul foram estados que também se posicionaram a favor da continuidade do exercício das empregadas domésticas. Em entrevista ao Brasil de Fato Pernambuco, Luiza Batista, trabalhadora doméstica aposentada e presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), classifica como “crueldade” as decisões de alguns governadores de incluir as domésticas, de maneira geral, na lista de serviços essenciais que devem seguir durante a quarentena.

De fato, cuidados com a casa e com as pessoas, alimentação e outras tarefas domésticas são necessidades fundamentais e ininterruptas. No entanto, em um contexto sanitário pandêmico no qual as principais medidas de biossegurança afirmam a importância do distanciamento social, considerar o trabalho exercido pelas trabalhadoras domésticas como essencial as coloca em risco, intensifica a precarização das condições de trabalho e reafirma as desigualdades de raça, classe e gênero.

Por um lado, a pandemia escancarou a vulnerabilidade dessas trabalhadoras quanto à falta em função da ausência de proteções previdenciárias contra acidentes e desemprego; por outro lado, salientou a insegurança no ambiente de trabalho em decorrência de assédio e coação de seus empregadores em

¹² Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/07/lockdown-no-para-tem-servico-domestico-como-essencial-contrariando-governo-federal-e-mpt.ghtml>

¹³ Decreto Nº 10.282, de 20 de Março de 2020. D10282

seus ambientes de trabalho durante a pandemia (FUTINO, Regina, 2021, p. 264).

Nesse sentido, ainda que o termo essencial nos leve a compreender que são práticas fundamentais à manutenção das vidas, a escolha por definir o trabalho doméstico como essencial não promoveu o reconhecimento e a valorização deste tipo de trabalho. Decretar o trabalho doméstico como atividade essencial, neste contexto, foi garantir a perpetuação de privilégios de pessoas brancas, precarizar as condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas, sobretudo as mulheres pobres e negras, e, dessa forma, acentuar vulnerabilidades e desigualdades. Não à toa a primeira morte por covid-19 confirmada no país foi de uma mulher negra¹⁴, trabalhadora doméstica que contraiu o vírus após seus “patrões” retornarem de uma viagem ao exterior.

Outra história, ocorrida na cidade de Recife, em junho de 2020, retrata de forma extremamente triste e cruel as desigualdades de gênero, classe e raça nas vivências de maternidades em tempos de pandemia. Dona Mirtes Renata, mulher negra, empregada doméstica, dividia com sua mãe o trabalho doméstico na casa de uma família de pessoas brancas com alto poder aquisitivo. No exercício de seu trabalho, passeava com os cachorros de sua patroa, Sari Corte Real, deixando seu filho Miguel de 5 anos na responsabilidade de sua patroa. Após ter sido abandonado sozinho no elevador do edifício, Miguel caiu do 9º andar do prédio vindo a falecer. Uma criança negra de 5 anos morreu devido ao racismo e elitismo presentes na sociedade de forma geral e, neste caso, nas relações de trabalho doméstico. Mirtes, mulher mãe negra, não teve a opção de ficar em casa com seus direitos e remuneração garantida e acabou sofrendo essa violência e perda inimaginável. Infelizmente é através dessa experiência de dor que compreendemos as consequências de um sistema racista, patriarcal e capitalista (LOW; SPÓSITO; FERRY; 2020).

Quando comecei a pesquisar sobre pandemia, espaço doméstico e maternidades, logo de início já sabia que seria um movimento de externalizar e denunciar realidades desiguais. Entrar em contato com essa forma de violência sofrida por Mirtes e sua família levou-me a percepção não só que o racismo nos estrutura, mas que o combate ao racismo exige marcar minha realidade social e racial.

¹⁴ Dona Cleonice Gonçalves, 63 anos, hipertensa e diabética, não teve direito ao isolamento social, continuou seu trabalho na pandemia e faleceu vítima do vírus. Reportagem disponível em: https://conferenciadclacso.org/programa/resumen_ponencia.php?&ponencia=Conf-1-3121-54764&sede=11.

Movimento este difícil, pois essa história é absurda e lamentável, mas meus marcadores de mulher branca e privilegiada, se aproximam muito mais de Sari Corte Real, do que da Sr.^a Mirtes. Reconhecer que minhas intersecções são semelhantes aos da ex-patroa de Mirtes é ao mesmo tempo desconfortável, por nunca imaginar agir como tal, mas provocativo, pois compreendo a minha responsabilidade com a luta antirracista na medida em que faço parte de uma estrutura racista que não só oprime, mas também mata pessoas negras.

Diante de tantas reflexões que a pandemia nos trouxe, o reconhecimento da nossa vulnerabilidade, a imprevisibilidade da vida, a interdependência das pessoas e as inúmeras desigualdades são aspectos que colocam o cuidado como elemento central de nossas vidas, e a importância de falar do cuidar como um verbo coletivo¹⁵.

Muito presente nas vivências de maternidades, o cuidado, (GUIMARÃES; HIRATA 2020) possui difícil definição por ser uma palavra polissêmica. Em alguns países com idioma espanhol e no Brasil, a palavra “cuidado” é muito usada para se referir a atitude, a ação de *cuidar*. Além de polissêmico, o cuidado é notório de uma complexidade que diante da naturalização do cotidiano pode ser despercebida. A produção de cuidado é alvo de complexidade e significativa amplitude que envolve um trabalho mental, físico e emocional de planejamento de tarefas e recursos, gestão de emoções que surgem nos processos e nas relações com as crianças.

Em conexão com a minha experiência e dialogando com outras mulheres mães, observamos o quanto a pandemia tencionou os limites da vida e das configurações familiares. Nesse movimento, comprometi-me a dar visibilidade às afetações tão singulares e ao mesmo tempo coletivas e compreender junto com outras mulheres os sentidos produzidos com as vivências de ser mulher mãe na pandemia.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo explicitamos os percursos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa. Compreendendo que existem diversas maneiras de estar no campo-tema, o método, é a descrição do ‘como’, ‘onde’ e ‘o que’ (SPINK, 2003). O percurso metodológico se desenvolveu enquanto ia me percebendo como pesquisadora, me

¹⁵ A expressão se refere ao podcast “Cuidar, verbo coletivo” organizado pelas pesquisadoras: Bruna Angotti e Regina Stela Corrêa Vieira e gravado com a proposta de dialogar sobre as múltiplas dimensões do cuidado exacerbadas pela crise sanitária da covid-19.

posicionando diante da pesquisa e nesse sentido na medida em que construí sua metodologia, também me construí como pesquisadora.

A fundamentação teórico-metodológica foi construída através da epistemologia feminista que auxilia principalmente a compreensão das relações de gênero e cuidado, fundamentada numa análise interseccional. E o construcionismo social que traz contribuições para a construção do campo-tema, com o questionamento de discursos naturalizantes e o campo da produção de sentidos acerca das práticas de cuidado. Além da bibliografia que nos permitiu compreender as construções de narrativas históricas e sociais sobre o campo-tema, desde o início deste trabalho desenvolvemos um diário de campo que traz vivências pessoais e histórias compartilhadas. No próximo tópico escolhemos contar algumas dessas histórias.

A fim de nos aproximarmos do objetivo da pesquisa decidimos realizar entrevistas com mulheres mães. Antes de desenvolver as entrevistas construí um mural virtual colaborativo através da plataforma chamada Padlet (<https://padlet.com>), que funciona como uma ferramenta dinâmica de compartilhamento de imagens, vídeos, textos e outros materiais que podem produzir reflexões e discussões sobre algum determinado tema. A compreensão e análise das produções de sentido dialogados nas entrevistas ocorreram por meio dos mapas dialógicos nos quais identificamos os repertórios linguísticos.

3.1. O CAMPO EM UM DIÁRIO: HISTÓRIAS QUE CONTAM SOBRE GÊNERO, MATERNIDADES E CUIDADO.

Desde o início desta pesquisa, dediquei-me a escrever sobre histórias que dialogam com o campo-tema e minhas afetações a partir delas. Este capítulo dedica-se a contar algumas dessas histórias e vivências, que falam sobre gênero, maternidades e cuidado. Em abril de 2022, meu esposo foi demitido do emprego que havia nos levado para Maceió. Não ficamos tristes com a demissão, pois há alguns meses ele se sentia muito pressionado e sobrecarregado, o que já vinha afetando sua saúde mental e o relacionamento em casa. Quando soubemos da demissão e fomos conversar sobre a decisão que iríamos tomar, concordamos que seria muito bom para nós contarmos com o apoio e o cuidado das nossas famílias naquele momento. Ainda que nós estivéssemos bastante adaptadas/adaptado àquela cidade, a decisão de

voltar para o Rio de Janeiro nos traria maior segurança por estarmos próximas/os de nossas famílias. Demorei um tempo para elaborar a volta e me despedir da cidade e dos laços que criei. Às/aos vizinhas/os que foram pessoas muito importantes que ajudaram na construção da nossa morada de forma extremamente acolhedora, eu me despedi com um “até breve”. Hoje caminho com muita gratidão e sentimentos bons pelos momentos em que estivemos juntas/os.

Antes de voltar para o interior do Rio de Janeiro, havia tomado conhecimento da situação desafiadora que minha família começara a passar, mas foi depois do nosso retorno que a experiência tomou uma proporção e intensidade não previstas. Minha avó, que sempre cuidou das/os filhas/os e neta/os com muita dedicação, foi diagnosticada com uma doença degenerativa da qual tive o primeiro contato estudando na graduação. Lembro que na minha infância minha avó se preocupava muito em ofertar cuidados com rotina, higiene e alimentação da família. Ela que passou muitos anos de sua vida como merendeira de escola pública e cuidava da alimentação das/dos alunas/os, hoje, por causa do Alzheimer descoberto tardiamente, precisa de alguém cuidando dela o tempo todo. Morou a vida toda com minha tia e meu avô até seu falecimento um pouco antes da pandemia. Areava as panelas da escola e também as de casa, mantendo sempre a casa limpa e em ordem.

O almoço “fresco” e pontualmente na mesa às 10h40 para que minha tia se alimentasse antes de ir para o trabalho. Passei boa parte da minha vida almoçando na casa dela, já que morávamos perto e antes mesmo de almoçar a cozinha e o fogão já estavam limpos. Ela nem sempre deixava que eu lavasse meu prato depois de comer. Ela mesma queria fazer isso todos os dias. Na sua casa corredor de louças não havia utilidade porque, depois de lavar, secava e guardava todas as louças.

Nesse processo de adoecimento fomos percebendo o quanto a pandemia afetou a evolução da doença. Foram tantas mudanças e adaptações nesse contexto que quando voltamos a nos aproximar, era quase como se estivéssemos reaprendendo a nos relacionar. Sentia que mesmo minha avó, que sempre foi alguém próxima a mim, eu deixei de conhecer sobre ela e precisava “conhecê-la” novamente ou talvez reconhecê-la depois desse difícil período. Os rastros dos primeiros esquecimentos da doença eram bastante antigos. Ela esquecia principalmente nomes e lugares, nessa época a família tratava como algo natural do envelhecimento e às vezes com humor quando dizia o nome de todas/os as/os netas/os até chegar naquela/e em questão. Os esquecimentos foram se intensificando, começou a

esquecer as panelas no fogo, as datas e lembranças mais recentes. Fiquei bastante impressionada, quando mesmo com o avanço da doença, mesmo nas semanas mais críticas em que passou acamada e que ela não tinha condições de atender aos seus cuidados mais básicos, mantinha sua preocupação em cuidar de outras pessoas. Ela não se alimentava sozinha e não conseguia tomar banho, mas queria fazer sopa para minha tia comer quando ela chegasse do trabalho. A doença do alzheimer afetou muito o cuidado de si, mas de alguma forma ela demonstrava sua vontade em cuidar de alguém e/ou sentia-se estressada por não conseguir fazê-lo.

A escrita deste trabalho carrega as afetações que essa experiência tem provocado em mim e naquelas mulheres que me cercam. Os cuidados com a minha avó foram compartilhados entre algumas mulheres da minha família, duas tias e minha mãe. O cuidado compartilhado é também responsabilidade compartilhada e um ponto muito importante nessa discussão é a construção dos limites individuais. Os limites de até onde cada uma deseja, deve, pode e/ou consegue cuidar muitas vezes são bastante confusos. Compreendemos o quão complexo podem ser esses limites quando olhamos para as construções de gênero e para as histórias de tantas mulheres permeadas por vivências acerca do cuidado.

Pude observar dentro da minha família, nesse desenrolar da doença de minha avó, o desejo de cuidar se misturar com obrigação e a obrigação se confundir com o desejo. Os limites das relações de cuidado que presenciei possuem tanta fluidez que os construir é um processo contínuo e difícil. Observamos que o cuidado é muitas vezes presente de forma compulsória na vida das mulheres e dessa forma pode se con(fundir) com amor.

Bell hooks, em “Tudo sobre o amor: novas perspectivas” (2020), afirma que o cuidado é uma dimensão do amor, porém apenas cuidar não significa que estamos amando. Ao contar sobre sua própria história relata que fez parte de uma família cuidadora, mas não amorosa. Com essa reflexão, passamos a (des)construir as aproximações e distanciamentos entre cuidado e amor.

Compartilhar o cuidado de alguém é ao mesmo tempo ter que dividir responsabilidades, desenhar fronteiras. Fronteiras essas que em uma pandemia, precisaram ser (re)desenhadas. A compreensão da própria subjetividade e a comunicação são ferramentas importantes neste caminho e muitas vezes a tentativa de comunicar os limites de até onde é possível assumir o cuidado é acompanhada por sentimentos de culpa e cobrança em algumas vivências de mulheres que são mães.

Minha mãe sempre considerou fazer um pouco mais, a “ajuda” com relação ao cuidado que ela ofertou e oferta nunca lhe pareceram suficientes¹⁶.

A vivência de minha mãe ajudando nos cuidados com a minha avó e outras que nitidamente cruzam meu caminho me convoca a discutir uma perspectiva bastante interessante apontada no livro “O gênero do cuidado”. As autoras, Guimarães e Hirata (2020) que estudam o tema colocam que o cuidado tem ilustrado como é relevante trabalhar (n)as interfaces e, ao explorarem as intersecções, conceituam a noção de “circuitos do cuidado” que nos capacita a compreender a multiplicidade das relações de cuidado construídas. Circuitos de cuidado são estruturas abertas, nas quais as pessoas constroem, negociam e refazem relações e práticas. O cuidado pode ser compreendido a partir de diferentes circuitos, como profissão, obrigação e ajuda e dessa forma, recebe diferentes nomeações de acordo com as relações que são envolvidas e os seus sentidos produzidos (GUIMARÃES; HIRATA; 2020).

Retomando a história de minha avó, percebo que construir e executar formas de cuidado a uma pessoa que certamente cuidou muito de nós na nossa infância é um grande desafio, sobretudo quando se trata de alguém doente. Além de cuidados com banho, preparo de refeições, idas às consultas médicas e outras práticas, vi minha mãe se dedicar aos estudos sobre a doença com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais os cuidados com a minha avó. Dialogando com as noções de circuito, o cuidado aqui parece assumir sentidos que se sobrepõem como ajuda e obrigação.

Minha avó tem duas filhas mulheres e um filho homem que trabalham fora de casa e ao longo do tempo demonstraram preocupações com relação à saúde da minha avó. De acordo com cada realidade, iam construindo as formas de cuidado ofertado. Era perceptível que minha tia não procurava o meu tio com a mesma frequência que procura minha mãe para auxiliar com os cuidados. Fazendo terapia, minha mãe me contou que sua psicóloga sempre questiona o porquê da responsabilidade com o cuidado não ser distribuída igualmente para as duas filhas e o filho. Minha mãe trouxe em diálogo comigo questões de gênero que não me recordo

¹⁶ Em um dos diálogos com Telma, minha coorientadora, compartilhei com ela sobre a sensação de insuficiência que também me acompanhava na escrita deste trabalho. Ela me conta que isso lhe soa muito familiar, sentimos que nós mulheres do ocidente somos socializadas como seres faltantes carregando insatisfações e certas exigências com aquilo que damos, somos e fazemos. Cabe pensar o que produzimos como sociedade que atravessa esses sentidos, como a ideologia judaico-cristã e o capitalismo parecem se relacionar com eles.

de serem colocadas em outras conversas. Era porque: “seu tio é homem”. Eu já enxergava isso e na terapia ela percebeu que era um grande engano pensar que o motivo era porque ele trabalhava muito na roça. Ela afirmava para mim o quanto ela trabalhava também, fora e dentro de casa. Os estudos atrelados a essa experiência me permitiram compreender as nuances e a complexidade diante de um processo de adoecimento familiar, no qual a demanda de cuidado é intensificada.

Outra história sobre cuidado que compõe esse diário de campo ocorreu em situação do cotidiano na qual estava fazendo minhas unhas e uma das profissionais do salão foi atender o telefone ao meu lado. Fazia um pouco mais de um ano que tinha ido neste salão e lembro que essa profissional estava grávida, teve um menino e passava pela segunda gravidez. Ao atender o telefone ela começou a conversar com uma cliente sobre o seu filho que já estava com um ano e dizia: “tá com um ano já, mas ainda não andou, tá no tempo dele...” Em seguida ela respondeu: “mas eu deixo ele solto, ele não fica preso não, ele ainda não andou porque não chegou a hora dele...”. Novamente ela colocou neste diálogo que “cada um tem seu tempo”. Fiquei pensando que ela precisou dizer isso duas vezes, até a pessoa decidir outro rumo para a conversa.

Após um tempo de conversa senti um desconforto pelo fato dessa profissional estar no telefone enquanto uma cliente lhe aguardava. Quando ela desligou a ligação era mais visível o desconforto que eu havia sentido. Contou que essa pessoa que conversava com ela achou que seu filho ainda não estava andando pois ela o deixava “muito preso”, contava isso com um pouco de indignação tentando dizer para quem estava ali, que “não era culpa dela”. Em seguida, essa profissional contou que outro dia uma pessoa, ao saber que o seu segundo filho seria outro menino, soltou a seguinte frase: “ah que pena, podia ser uma menina!”. Ela então nos disse que se perguntava “por que as pessoas acham que o segundo filho tem que ser do sexo diferente do primeiro? Veio outro menino e desde o início da gravidez eu já sentia que seria menino”.

Na minha cabeça aquilo era a materialização do ideal da maternidade e ideal de mãe ao mesmo tempo. Uma pessoa que questiona uma mulher mãe sobre seu filho não andar com um ano de idade, está também perguntando para essa mulher mãe o que ela está fazendo ou deixou de fazer para ele não andar.

A mãe ideal está prescrita no imaginário das pessoas como alguém que interfere tanto no desenvolvimento da/o filha/o que qualquer coisa que fuja da

expectativa social volta como culpa para essa mãe. As idealizações em torno das maternidades produzem cobranças, lacunas, marcas para a subjetividade de cada mulher e de cada relação com os/as filhos/filhas. Questionar o porquê de um/uma bebê não andar com um ano ou lamentar por ter dois filhos do mesmo gênero é desconsiderar a existência de maternidades no plural e, além disso contribuir para processos de culpabilização da mulher.

Incomodei-me junto com essa mulher mãe que atendeu essa ligação. Lembro-me do momento em que pensei em ter mais um bebê, e logo em seguida me veio o desejo de que desta vez fosse um menino. Não parei para pensar nesse desejo até essa mulher mãe desabafar sobre seu segundo filho não atender uma expectativa de gênero. Eu, que além de desejar que se eu tivesse outro bebê fosse um menino, me imaginava também frustrada com a possibilidade de ser uma menina novamente. O porquê do desejo e da frustração veio ao me sensibilizar com essa mulher mãe e perceber que parte dessas minhas afetações foram construídas por estereótipos e naturalizações sob uma forma determinada de maternidade. Eu não havia parado para pensar que talvez eu quisesse de fato ter outra menina ou que talvez isso não importasse tanto em uma nova vivência de maternar. Pensar isso foi pensar também que eu poderia desejar algo diferente do que eu percebo que as pessoas ao meu redor esperam e talvez desejem. Fui compreendendo também que as construções acerca das maternidades provocam efeitos nas formas de sentir.

Trago isso exatamente para ilustrar que as camadas da idealização social das maternidades aparecem no cotidiano e são mais profundas do que conhecemos. Passamos a compreender que muitos desejos e afetos são construídos por esses ideais e, observando que as vivências nas maternidades são múltiplas e subjetivas, construímos perspectivas mais autênticas e acolhedoras.

Outras vivências marcantes ocorreram nas reuniões de grupo no mestrado. O cuidado aparece não somente ao relatar como havia sido uma entrevista com uma mulher mãe, por exemplo, mas também aparecia no próprio contexto de reunião, na qual uma grande companheira na pesquisa e pouco depois companheira também na maternidade, contou que não conseguiria participar tanto daquele momento pois precisava retirar o leite do peito para dar para sua filha no dia seguinte. Em outro dia, com o microfone aberto, minha filha Laura brincava de trabalhar e logo em seguida cantou para que todas/os pudessem ouvir a música: “criança não trabalha, criança dá trabalho”. Ali brotava mais uma história que iria compor o diário de campo.

O tema do cuidado também é muito presente nos relatos clínicos das mulheres que atendo. Às vezes surgem como figurantes em meio às outras demandas, em outros momentos são chaves fundamentais para compreender a forma como essas mulheres se enxergam e se percebem na relação com outras pessoas.

Trago um caso clínico muito interessante, de uma paciente que trouxe muitas questões relacionadas à maternidade. Seu filho estava com cerca de um ano e em um determinado atendimento ela me falava com bastante entusiasmo que havia encontrado uma escola boa para colocar seu filho. Na noite anterior à matrícula na escola, ela me conta que começou a ouvir uma voz que chamou de “a impostora”. Essa voz dizia para ela coisas como: “você já vai colocar seu filho na creche?”, “Está realmente no momento de terceirizar esse cuidado?”, “Você não dá conta?”, “Será que vão cuidar dele como você cuida?”. A paciente então vai narrando uma sequência de questionamentos que ela própria nomeia como julgadores. Ela conta em seguida que observou que essa voz já existia antes da maternidade, mas que, com a chegada do seu filho, essa voz ganhou um “megafone” que permite que ela fique muito mais alta.

Nesse mesmo dia, ela conta sobre uma amiga que descobriu sua missão sendo mãe, nas palavras dela “parece que ela nasceu pra isso”. Perguntando a ela o porquê de ela enxergar isso, ela traz que essa amiga dá conta de tudo, está sempre satisfeita com a ideia de ser mãe e ainda pensa em ter outra/o bebê. Para ela é como se a maternidade perfeita existisse na vivência desta amiga. Ao longo do acompanhamento fomos aos poucos compreendendo os efeitos do “megafone da impostora”, como ele foi surgindo e o que fazer com ele.

Através da forma pela qual ela me relata tal experiência é possível compreender que ainda que essa voz seja dentro dela, ela fala como alguém em terceiro. Me pergunto quantas vozes ao longo de sua história se aglomeraram e começaram a habitar e sobretudo aprisionar formas de sentir e de se comportar. A maternidade intensifica essa voz, pois antes mesmo do processo de tornar-se mãe, já estamos socialmente e historicamente implicadas com esse tema. A construção do “ser mulher” em nossa sociedade é inúmeras vezes atrelada à experiência de maternar, como se o feminino tivesse como destino o tornar-se mãe. Dessa forma, neste trabalho optamos por nomear “mulher mãe”¹⁷ ao invés de apenas “mãe”, como

¹⁷ Este trabalho se dedica mais a pensar corpos cisgêneros femininos, porém não desconsideramos outros corpos (trans, não- binários, intersexo) que podem igualmente gestar, parir e cuidar.

forma de não legitimar a maternidade como a realização do feminino e assumir o lugar de impostora e escutar as nossas próprias vozes e não apenas aquelas que tentam falar por nós.

Acompanhar o processo terapêutico de algumas mulheres me permitiu observar algumas formas pelas quais o cuidado é vivenciado, ainda que não seja nomeado como tal. Manifestado de diferentes formas, o cuidado é um denominador comum na vida de muitas mulheres que já passaram pelo meu trabalho. A psicoterapia enquanto espaço e relação de cuidado para estas mulheres foi e tem sido (para aquelas que ainda estão comigo) fator de redução de sofrimento psíquico e proteção à saúde mental.

Atender mulheres tendo o olhar dedicado para as vivências de cuidado me possibilitou, além de conhecer novas histórias e perspectivas, também contribuir para compreensão dos afetos e construção de sentidos para as vivências dessas mulheres. Sendo esta então mais uma forma de ocupar e construir o campo-tema da pesquisa.

A clínica construída para/por/com mulheres precisa ser compreendida por meio do debate crítico a respeito de um certo “psicologismo” que, ao padronizar e/ou enquadrar formas de se sentir e se comportar, criam representações “da mulher” fabricando generalizações que contribuem para a patologização das mulheres. Uma vez participei de um grupo de estudos femininos no qual uma psicóloga fez uma fala que trazia “desabaços” de mulheres na clínica que eram vistas tendo comportamentos considerados “piti” ou “mimimi”¹⁸. As mulheres presentes no relato dela demonstraram indignação diante de situações nas quais sentiam-se exaustas com tarefas acumuladas. A questão é que quando algumas dessas mulheres, depois de muito tempo externalizaram tamanha insatisfação, eram tidas como descontroladas¹⁹.

Compreendemos o adoecimento mental crescente e pulsante das mulheres do Ocidente enquanto efeitos da repressão física, moral, sexual e mental que atinge nossos corpos. A acumulação dos papéis sociais e a obrigação do cuidado com os outros, mas não de si mesmas também podem influir no que diz respeito ao aumento nos índices de transtornos mentais (ALBUQUERQUE, Gabriela; 2018, p.12).

¹⁸ Duas expressões que se referem a tipos de comportamentos. A primeira delas diz respeito a um comportamento irritado, tido como exagerado. Já “mimimi” é uma expressão usada para descrever de forma pejorativa uma reclamação ou uma pessoa que reclama.

¹⁹ Um dos debates mais importantes sobre a patologização de um “descontrole da mulher” é o conceito de histeria feminina no Ocidente pensado pela medicina e psicanálise que contribuiu para ideia de “essência das mulheres” legitimando assim discriminações de gênero (ALBUQUERQUE, 2018)

Partindo dessas histórias e da clínica ao longo deste trabalho, me senti muito instigada e atenta com relação às vivências das mulheres no contexto da pandemia, na qual teve incidência direta sobre os arranjos familiares e sobre as dinâmicas nos espaços domésticos, interpelado às mulheres. Nos dedicamos dessa forma, a investigar as questões de gênero no contexto da pandemia da covid-19 e os efeitos para as mulheres, sobretudo as mulheres que já eram mães ou se tornaram mães nesse período.

Nesse movimento, nosso objetivo principal da pesquisa foi compreender os sentidos produzidos por mulheres mães nas vivências de cuidado no contexto da pandemia da covid-19. As aproximações deste objetivo foram desenhadas por meio da investigação sobre vivências de cuidado considerando a perspectiva da interseccionalidade e com a análise das vivências de maternidades nas narrativas das mulheres entrevistadas.

3.2. Entrevistas e Mapas dialógicos

A escolha da entrevista como ferramenta se deu por causa do objetivo de construir e compreender os processos de produção e negociação de sentidos entre as pessoas. As entrevistas são utilizadas como processo dialógico nos quais são negociados sentidos, leituras e versões sobre assuntos e/ou acontecimentos, permitindo que as participantes recorram às informações advindas das suas experiências de vida e que no processo do diálogo podem ser questionadas e modificadas. Nesse sentido, elas são ferramentas de produção de informação, não são “dados recolhidos”, são co-produzidas de forma ativa e participativa entre as pessoas que dialogam.

Escolhemos o formato de entrevista não estruturada, também chamada de entrevista aberta, na qual realiza-se uma pergunta inicial e não se utiliza de um roteiro, produzindo processos dialógicos bastante flexíveis (ARAGAKI, Sérgio; LIMA, Maria Lúcia; PEREIRA, Camila; NASCIMENTO, Vanda, 2014). Esta ferramenta tornou possível que ao longo dos diálogos, eu enquanto entrevistadora pudesse acrescentar e/ou modificar perguntas, bem como identificar questões interessantes de serem aprofundadas. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo uma delas presencial e as outras online por causa da distância entre a pesquisadora e as entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2023, tendo uma média de duração de 1 hora. Todas foram gravadas e transcritas, sendo as gravações excluídas após a transcrição. A preparação das entrevistas, bem como a sua realização, contou com alguns cuidados éticos como: escolhas de nomes fictícios por parte das entrevistadas, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual constavam informações importantes da pesquisa e os direitos das entrevistadas. As entrevistadas tiveram acesso ao material produzido na pesquisa. Os convites foram realizados através do whatsapp e nos primeiros contatos foi apresentado um link²⁰ que direcionava ao Padlet com o objetivo de ser um recurso de aproximar e sensibilizar para os diálogos.



Imagem retirada da apresentação do Padlet

O Padlet foi citado em duas entrevistas, em uma delas a entrevistada, Ana, demonstrou um certo desconforto por não ter acessado a plataforma, o que foi minimizado buscando deixá-la mais segura de que esse recurso era apenas uma das formas de provocar nosso diálogo. A entrevistada Amanda elogiou o padlet e demonstrou interesse em saber como funciona a plataforma. Em um dos convites que realizei, uma das entrevistadas me sinalizou que muito provavelmente não iria conseguir acessar o conteúdo do Padlet por causa de outras demandas, inclusive com relação ao seu filho. Compreendo que as mulheres mães que aceitaram meu convite para participar da pesquisa priorizaram o momento do diálogo se dedicando a ele.

²⁰ "SENTIDOS SOBRE GÊNERO, MATERNIDADES, ESPAÇOS DOMÉSTICOS E PANDEMIA"
Disponível em: <https://pt-br.padlet.com/carolinabianchini000/sentidos-sobre-g-nero-maternidades-espa-o-dom-stico-e-pandem-6f41xm77eoz9xivd>.

Além disso, questiono também se o fato de não terem tido tempo ou oportunidade de acessar o padlet têm relação com os próprios desafios e demandas vivenciadas. Utilizamos o padlet como recurso mobilizador nos convites das entrevistas com as mulheres mães, contudo observamos ao final da pesquisa que a utilização deste recurso teve mais importância para dar lugar e espaço às ideias e afetações sobre o campo-tema do que de fato contribuir para disparar os diálogos.

As escolhas por entrevistas presenciais ou *online*, os contextos, as possibilidades para tal e os recursos disponíveis são aspectos importantes para compreender as formas e construções dos diálogos. Ao nos posicionarmos em uma perspectiva construcionista, levamos em consideração que o local e contexto histórico e social nos quais ocorrerão as entrevistas contribuem para compreender e analisar a construção dos diálogos, bem como as produções de sentidos. (ARAGAKI et al, 2014).

Convidamos as participantes com o intuito de buscar a maior diversidade possível de mulheres mães no que diz respeito ao perfil social, racial, econômico, dentre outros marcadores. Contudo, cabe pontuar que as escolhas não passaram pela ideia de encontrar mulheres que representassem uma determinada realidade e nem que ilustrassem um perfil específico de experiência. Partimos então de um processo de construção de conhecimento ético e político que compreende que, com relação às participantes, jamais seria possível e nem desejável, captar amostras representativas porque reconhecemos, a partir do princípio da inconclusividade, a enorme variabilidade de experiências (SPINK, 1999). Nesse sentido, nos comprometemos em visibilizar os critérios para convidar as participantes e propomos também pensar sobre as implicações desses critérios e explorar suas possíveis consequências.

Para participar das entrevistas convidamos mulheres que já eram mães de bebês ou crianças quando começou a pandemia da covid-19 ou se tornaram mães neste período. Em diálogo com uma perspectiva não representacionista em pesquisa social, houve um encontro com a proposta da interseccionalidade que nos fez compreender a pluralidade de intersecções presentes em uma determinada experiência de maternidade, por exemplo, e, além disso, nos convida a perceber que a construção de conhecimento é sempre situada e parcial, pois é construída pelas questões de gênero, cor/raça, classe, deficiência, geração, território etc.

É importante colocar que as mães que entrevistei são mulheres que eu já conhecia, ou seja, já havia tido com elas vivências anteriores às entrevistas e,

portanto, a proximidade e o contato com essas mulheres contribuíram para o motivo por convidá-las. Nessa mesma perspectiva podemos compreender que os meus marcadores, enquanto mulher, cisgênero, branca e classe média, influenciaram tais escolhas e é preciso considerá-los nessa pesquisa, pois outras intersecções seguramente nos apresentariam outros sentidos. A escolha das mulheres que foram entrevistadas nos levou à riqueza de conhecer essas vivências localizadas, ao mesmo tempo que produziu inquietações acerca de tantos outros sentidos e caminhos que poderiam compor esse trabalho com outros marcadores diferentes.

A construção de diálogos com as entrevistadas mobilizou muitos afetos em mim e em várias falas me identifiquei com os compartilhamentos, como a solidão, retratada em mais de uma entrevista. Nesse processo, ainda que não tivesse no lugar dessas mulheres mães, me transporte para realidades diferentes da minha, e me conectei com muitas relações e vivências. As mulheres mães que se disponibilizaram aos diálogos permaneceram comigo após esses momentos e levo suas histórias para além deste trabalho. Ao revisitar algumas vezes os diálogos sentia interesse em continuar tecendo relações de cuidado para com essas mulheres.

Os diálogos permitiram produzir e nomear formas de se sentir e se relacionar muito peculiares a algumas vivências de maternidade. Possibilitou-me desejar dar continuidade à construção de espaços de cuidado para e com as mulheres mães. Foi bastante desafiador perceber que gostaria de disponibilizar mais tempo e espaço para continuar esses diálogos, senti muita responsabilidade com aquelas histórias e uma certa insegurança sobre o que fazer com elas, de que forma eu poderia não só compreender suas vivências, mas trazê-las para a escrita deste trabalho.

Após as entrevistas me senti muito feliz pela oportunidade de conhecer e produzir com e a partir delas, mas também me angustiei imaginando que muitas outras histórias não entraram aqui e que eu precisava encarar isso. Hoje percebo que ainda que eu entrevistasse um número maior de mulheres mães, a angústia não iria embora porque ela fala de um lugar que há muito tempo habito, mas que a maternidade trouxe como uma avalanche.

O lugar de “dar conta de tudo”. A conta que não fecha, a conta que falta, que sobra, que às vezes a gente passa no crédito para pagar depois. A conta que mesmo quando a mulher mãe paga no débito ela se sente em débito. Colocar em xeque o “Dar conta de tudo” é perceber que nem sempre é sobre “dar”, mas sim sobre receber, é perceber que a “conta” pode ser compartilhada ou negociada e que o “tudo” talvez

seja coisa demais. Talvez a gente possa pegar esse “tudo”, que parece já chegar pronto e vasculhar, escolher o que fica e o que vai. Na construção dos mapas dialógicos, que explicarei em outro capítulo, tive que escolher por deixar ir muita coisa, mas isso só foi possível porque algumas outras ficaram. Gostaria de trazer um diálogo que ficou para mim como um dos mais importantes, apesar de não compor as entrevistas. Havia agendado uma conversa com uma amiga que morou comigo na época da faculdade e que há um pouco mais de dois anos é mãe de um menino de quase dois anos.

Contei da pesquisa e ela se interessou muito em participar, mas eu estava exatamente nesse momento de angústia. Tínhamos um combinado na república que morávamos no qual dividíamos os cômodos e as tarefas por pessoas. Funcionava como um rodízio em que cada semana uma limpava um cômodo diferente. Me lembro dessa amiga, com demandas de trabalho acumuladas e cumprindo a sua parte de madrugada.

Ao visitá-la em sua casa, me senti segura e extremamente acolhida para compartilhar minhas angústias e inseguranças. Sinto como se precisássemos de outra pessoa para ouvir as mesmas coisas que em outros momentos falamos para ela. Nos vimos ali em diálogo “trocando” os lugares. Quando ela se colocava com um olhar de cobrança, eu perguntava se fazia sentido para ela daquele jeito e se talvez não seria muita pressão e o contrário também aconteceu. Era quase um: “mas para mim você acabou de falar sobre isso dessa forma, por que com você sente que é diferente?”. Nesse processo de acolher outras pessoas nos acolhemos mais também.

Após meu desabafo ela foi me auxiliando a reconhecer meu percurso até aqui. No meio disso trouxe sua experiência de cuidar da casa e de um bebê, estudar para um concurso ao mesmo tempo em que estava finalizando sua dissertação da pós-graduação. Ela dizia para mim que eu conseguiria assim como ela conseguiu, achando que também não conseguiria. Considero muito importante pontuar que neste trabalho não pretendemos dar espaço para uma espécie de romantização de “dar conta de tudo”, mas naquele momento o sentido foi perceber, em uma troca de cuidado, o quanto somos capazes de construir além e com as nossas maternidades.

Enquanto ela me ouvia preparava um café e levava um bolo para a mesa da sala. Penso que o cuidado também se faz presente a partir de ações simples e da afetividade. Sentir esse cuidado naquele momento foi algo muito significativo para mim. Me fez pensar em algo que eu havia escutado de Telma, minha coorientadora,

um pouco antes desse encontro. Ela dizia sobre a dificuldade de fazer pesquisas feministas, pois é preciso acolher e apropriar-se das próprias angústias. E para isso é importante também observar no caminho os motivos para festejar.

Apesar do encontro com essa amiga não ter sido registrado como uma entrevista, este foi um dos momentos mais valiosos para mim pois pude nomear e construir com ela as afetações nas últimas etapas. Além disso, foi um momento de acolher as limitações e compreender que a pesquisa estava em seu processo final, mas felizmente os diálogos continuarão sendo construídos. “Como foi a experiência de ser mãe na pandemia?”. Foi com essa pergunta disparadora que abrimos as entrevistas. A seguir irei apresentar as mulheres entrevistadas, como me senti em cada entrevista e como foi realizá-las.

A primeira mulher com quem fiz a entrevista online chama-se Ana,²¹ possui 28 anos, é negra, mãe de uma menina de 6 anos e mora na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro. Atualmente, Ana mora com sua filha, é funcionária pública e trabalha com crianças no setor da educação infantil. O pai de sua filha mora em outro estado e não exerce a experiência e responsabilidade sobre a paternidade. Ana é minha amiga desde a época em que fizemos faculdade juntas. Sua gravidez iniciou-se após a conclusão da graduação e de lá para cá temos uma relação de carinho e amizade apesar da distância. Assim como as outras entrevistadas, fiquei muito contente quando ela aceitou o convite para participar. Lembro que no dia da entrevista eu estava com dores no estômago e pensei em desmarcar, mas optei por fazer sabendo que poderia ser difícil encontrar outro horário em comum, pois ela já havia se organizado para a entrevista. Ana me sinalizou que devido à sua rotina de trabalho, nosso encontro teria que ser no período da noite. Pontuo esse elemento porquê, de forma geral, os horários organizam rotinas, porém entendo que esta é uma questão que assume muita prioridade para mulheres mães estruturarem seus cotidianos.

Iniciamos o diálogo contando como nos sentíamos naquele momento e ao longo dele nos conectamos com afetos e histórias vividas no contexto da pandemia. Ela trouxe uma série de mudanças que ocorreram naquele período e no seu relato é possível perceber que precisou se adaptar a desafios e sentia muita raiva e cansaço. Ao longo da entrevista com Ana, sua filha se fez presente em alguns momentos levando demandas de cuidado e, para mim, foram partes ricas do diálogo. Sua filha

²¹ Todos os nomes das entrevistadas são fictícios escolhidos por elas próprias.

estava com fome, então conversaram sobre o que ela poderia comer, nesse tempo houve negociação, pois ela queria uma fruta que não havia em casa. Ana continuou conversando comigo enquanto preparava dois ovos para sua filha que, em outro momento, colocou novamente que ainda estava com fome. Presenciar isso me fez pensar que o cuidado não só compõe o cotidiano, mas sobretudo é construído por e com ele.

A segunda mulher que entrevistei foi Beatriz, de 28 anos, branca, mãe de uma menina de quase 4 anos e que reside na Região Serrana do interior do estado do Rio de Janeiro. Beatriz mora com sua filha e seu esposo, com o qual mantém um relacionamento há alguns anos. Beatriz é formada em direito e atualmente trabalha em um cargo administrativo em um serviço da secretaria de saúde do município. Tenho uma relação de amizade muito longa com Beatriz. Optamos por realizar a entrevista de forma presencial em uma sexta-feira à noite e, em primeiro momento, nossas filhas estiveram conosco no diálogo. Elas saíram de cena quando comecei a sentir dificuldade de compreender a fala de Beatriz e de construir uma linha de raciocínio. Estavam agitadas brincando e falando alto, como fazem naturalmente, e nos chamavam constantemente buscando nossa atenção.

Durante o início da entrevista, eu estava preocupada com a possibilidade das crianças se machucarem de alguma forma com a brincadeira. O esposo de Beatriz estava no quintal e ela o chamou perguntando se ele poderia nos auxiliar, “tomando conta” das crianças. Essa entrevista me fez compreender que o diálogo aconteceria com as condições que tínhamos no momento. No início, as crianças foram protagonistas expondo suas demandas, alegrias e conflitos. Enquanto conversávamos, tentávamos também dar atenção a elas, nem sempre era possível prestar atenção nas duas coisas.

Lembro de diversos momentos nos quais as crianças falavam mais alto do que a gente e com isso eu me dispersava na construção do diálogo. Entrevistar Beatriz me despertou uma realidade muito familiar, na qual realizamos mais de uma tarefa ao mesmo tempo, até chegar o momento de conseguir dedicar-nos, com mais atenção, a alguma delas. Certamente, a entrevista seria outra sem a participação das crianças ou do esposo entrando em cena.

Outro fato interessante ocorreu quando, ouvindo a gravação, me deparei com diversas falas sobrepostas que ocorreram não somente enquanto as crianças participavam do diálogo, mas também depois quando estávamos apenas nós duas.

Em alguns momentos é possível perceber que tentamos completar as falas uma da outra e em outros as falas saíam uma por cima da outra. No momento, no qual as crianças ainda estavam com a gente, conversavam e brincavam exatamente do mesmo jeito. Ao transcrever a entrevista e analisar sobre a forma como minha fala e a de Beatriz se misturavam, compreendi que a sobreposição ocorreu justamente pela construção e contextualização do diálogo. Ainda que as crianças não estivessem ali diretamente, o diálogo se construiu sob os efeitos da presença e energia de nossas crianças.

A terceira entrevista que realizei foi com Amanda que tem 32 anos, é branca, mãe de um menino de 5 anos e reside com o filho em Minas Gerais. Amanda está cursando faculdade de psicologia e tem formação em doula atuando com mulheres mães gestantes e tentantes. Amanda contou que o pai de seu filho foi morar na região Sul há mais de um ano e, apesar de cumprir com sua responsabilidade financeira, os demais cuidados da criança são exercidos exclusivamente por ela. Conheci Amanda há alguns anos, quando ela me acolheu para ficar em sua casa durante um congresso na região. Ambas não tínhamos filho/a na época e reencontrá-la na construção da pesquisa foi algo muito prazeroso. Além da sua formação, Amanda também é estudante de psicologia e tem muito interesse e envolvimento com o campo das maternidades e suas afetações. Desde o momento do convite para a entrevista fomos trocando algumas vivências e me sentia muito contente com seu interesse em participar e implicada com suas histórias e principalmente com sua sensibilidade.

Ao dialogar com Amanda sobre suas vivências na pandemia, entramos em contato com muitos afetos produzidos, relacionados à configuração familiar que Amanda vivenciava. Durante a pandemia, ela dividiu a guarda do seu filho com o pai e essa dinâmica lhe rendeu importantes desafios.

A última mulher mãe que entrevistei foi Francisca Andrade, 39 anos, parda, mãe de um bebê de 1 ano e meio e que mora com seu filho e o pai da criança, seu esposo, na capital do Rio de Janeiro. O trabalho remunerado de Francisca como professora de Yoga foi interrompido com a pandemia e no período em que a entrevista foi realizada ela se dedicava aos cuidados do seu filho e às tarefas domésticas. Assim como eu, Francisca passou por uma grande mudança regional na pandemia. Ela e seu esposo moravam em Recife, em 2020, e poucos dias depois do nascimento de seu filho se mudaram para o Rio. Conheci Francisca através de uma pesquisa de

doutorado na qual reuniu um grupo de mulheres mães de vários lugares para alguns encontros *online*.

Esses encontros tinham o objetivo de compartilhar experiências de maternidades em uma perspectiva que considerasse as questões singulares de cada vivência e também aquelas que eram coletivas. Juntas compartilhamos nossas histórias e formas de sentir. A construção desse espaço enquanto produção de cuidado e apoio foi extremamente importante para muitas de nós naquele momento.

Contextualizar minha relação com Francisca nos ajuda a compreender melhor o processo de construção da própria entrevista. Ter compartilhado com ela e com outras mulheres no período da pandemia possibilitou uma relação e diálogo de muito acolhimento.

Os mapas dialógicos são recursos metodológicos que permitem dar visibilidade à interanimação dialógica, à coprodução de práticas discursivas e ao processo de análise. Utilizamos os mapas dialógicos com o objetivo de tornar mais visível e sistematizar os repertórios linguísticos encontrados nos diálogos das entrevistas (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014). A construção dos mapas ocorreu através de dois processos. Em um primeiro momento fizemos a transcrição integral das entrevistas e organizamos em três colunas, sendo elas: “Quem fala?”, “Como fala?” e “Sobre o que fala?”. A última coluna contribuiu para identificar os temas presentes nos diálogos e a partir disso, iniciar a construção de um segundo mapa dialógico, formado por uma coluna com os principais temas identificados e outra com recortes dos repertórios linguísticos referentes a cada um dos temas.

Imagem do Mapa Dialógico 1.

Quem fala?	Como fala?	Sobre o fala?
Carolina	“Vou começar com uma pergunta que é a principal da nossa conversa. Como foi pra você a experiência de ser mãe na pandemia?”	Pergunta disparadora da entrevista
Beatriz	“É, então eu... assim em relação ao vírus quando surgiu e, deu muita insegurança, principalmente muito medo de morrer contaminada e deixar uma neném que tinha um pouco mais de seis meses de vida na época.”	Pandemia (afetações)

Fonte: produção da autora (2023).

Imagem do Mapa Dialógico 2.

Temas	Repertórios Linguísticos
Pandemia	“E aí aquele negócio de gente morrendo, gente se infectando, parecia que era um apocalipse zumbi (no fundo da fala, uma das crianças gritam: “meu papai, meu papai!”), parecia que ia faltar até alimento. Eu lembro que a gente foi no mercado e fez uma comprona pra não faltar alimento e tudo mais.” (Beatriz)
Maternidade	“Eu gosto muito de ser mãe, eu me sinto muito realizada. Tipo assim, não é um peso pra mim. Eu sou muito... muito feliz com a maternidade. Eu só fico estressada porque é muita coisa, tipo porque eu trabalho fora. Talvez se eu fosse só dona de casa, eu não ficaria tão estressada.” (Beatriz)

Fonte: produção da autora (2023).

4. TEMAS TRANSVERSAIS, REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E AS PRODUÇÕES DE SENTIDOS

Os mapas dialógicos permitiram identificar os temas e tornar visível uma questão já observada ao longo da discussão. Os temas encontrados nos diálogos são transversais pois se cruzam em muitos momentos e quase durante todo o tempo. A transversalidade dos temas fez com que, mesmo com a construção de definições de cada um deles, não fosse possível – e ao analisar nem desejável – enquadrar as falas em temas únicos e que bastassem por si só. A análise nos fez perceber que essa característica de transversalidade nos diálogos se fez presente de forma não casual, na medida em que dialoga muito com alguns modos de vivências que envolvem espaços domésticos, trabalhos e maternidades, nos quais funções, tarefas e afetos se movimentam, se deslocam, se sobrepõem, se atravessam etc.

Após mudanças e construções, os temas identificados foram: “Pandemia”, “Maternidades”, “Redes de apoio e/ou Cuidado compartilhado”, “Espaços domésticos e Trabalho doméstico não remunerado”, “Trabalho remunerado e Gênero”. Enquanto ferramentas de pesquisa, utilizaremos os repertórios com os seguintes objetivos: identificar e compreender as múltiplas formas de falar sobre um tema e as tradições discursivas que lhes deram origem. Além disso, compreender como os repertórios contribuem para a construção de fatos e de diversas versões da realidade (ARAGAKI, Sérgio; PIANI, Pedro; SPINK, Mary Jane; 2014). Nesse processo, compreendemos que tanto os repertórios linguísticos auxiliaram para a identificação dos temas, como os temas transversais contribuíram para o encontro dos repertórios.

Consideramos como repertórios linguísticos unidades relacionais de construção das práticas discursivas. São as palavras, vocábulos, expressões, figuras de linguagem utilizadas pelas pessoas nos diálogos cotidianos. Segundo Spink (2015), às práticas discursivas dizem respeito à linguagem em ação, as formas pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos. Já os repertórios irão demarcar as possibilidades da produção de sentidos na medida em que se conectam aos enunciados, figuras de linguagem, gêneros de linguagem e lugares comuns.

Dessa forma, podemos considerar que identificar os repertórios é o primeiro passo para compreensão das produções de sentidos.

Os repertórios linguísticos foram identificados a partir de formas pelas quais as entrevistadas descreveram suas vivências e atravessamentos tomando como prioridade a identificação de recursos como figuras de linguagem (comparação, metáfora, metonímia etc.) presentes nos diálogos, por exemplo. A análise de tais repertórios ocorreram a partir dos seus usos e efeitos na maneira como nos posicionamos e posicionamos nossas interlocutoras (ARAGAKI; PIANI; SPINK; 2014). Além disso, os recortes das entrevistas também partiram de minhas afetações e interesses e, nesse sentido, gostaria de colocar que a riqueza dos diálogos jamais deve ser limitada aos recortes das falas trazidas. Ainda que neste trabalho evidenciamos determinados repertórios e não outros, isso não significa dizer que foram desconsiderados ou que não tinham relevância. Na realidade, nos mostra que tomar essas escolhas foi bastante desafiador e quão cuidadosas foram as análises sobre elas.

Apresentamos os temas transversais e exploramos os conjuntos de repertórios linguísticos encontrados em cada um deles. As falas das entrevistadas que possuem destaque se referem aos repertórios linguísticos em si. Nesse processo buscamos compreender e discutir os sentidos produzidos. Considerando a produção de sentidos como:

[...] um processo interativo: ninguém produz sentido individualmente. Situamos o sentido como uma construção social, e enfatizamos que tal construção se dá num contexto, numa matriz que atravessa questões históricas e culturais e que é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social (SPINK; 2004, p.35).

Pandemia

O tema *pandemia* refere-se ao contexto pandêmico da covid-19 com início no ano de 2020 e é composto por questões relacionadas à comunicação/diálogo, rotinas e dinâmicas de organização. Este tema apareceu sobretudo e não por acaso, considerando a pergunta disparadora realizada, no início das entrevistas. Os repertórios presentes neste tema trazem uma série de dúvidas e afetações produzidas na e com a experiência de ser mãe nesse contexto. Medo, cansaço, sobrecarga e solidão são alguns sentidos que surgiram nesta temática.

*E aí aquele negócio de gente morrendo, gente se infectando, **parecia que era um apocalipse zumbi**, parecia que ia faltar até alimento. Eu lembro que a gente foi no mercado e fez uma comprona pra não faltar alimento e tudo mais. (Beatriz)*

A expressão “apocalipse zumbi” se refere a um cenário de terror no qual zumbis são seres fictícios que exterminam pessoas e levam sociedades ao colapso. Situar a pandemia em um cenário de terror como este evidencia a sensação de medo e pavor, além de nos colocar diante de uma experiência de ataque no qual nos sentimos desprotegidas/os. Percebemos também o medo de ficar sem alimentação, algo básico para nossa sobrevivência. No caso de Beatriz ela diz que “parecia que ia faltar até alimento”, demonstrando imprevisibilidade do que poderia acontecer durante a crise da pandemia. Paralelamente, antes, durante e depois da pandemia, milhares de pessoas viviam e vivem hoje com a escassez e falta de alimento. No caso dessas pessoas, não falamos de imprevisibilidade, ao contrário disto, o que lhes acompanha é a triste previsibilidade da falta de alimento.

Aí eu tinha muito medo de morrer, porque eu não podia morrer porque né, vou deixar minha filha recém-nascida? (Beatriz)

A entrevistada nos coloca o medo de morrer, contudo não traz apenas isso. O medo de morrer em uma pandemia tendo se tornado mãe nesse mesmo período é principalmente o medo de morrer e deixar sua filha bebê. O medo da morte, nesse caso, é sentido como algo “proibido” morrer, já que dessa forma estaria deixando, ou seja, abandonando sua filha.

Assim como Beatriz sentia o medo de morrer, Ana em sua entrevista expõe que sentia muitas preocupações com a saúde da família e que além de questões que podemos chamar relativas ao campo das afetações e à subjetividade, havia também uma “dimensão objetiva”, como ela mesma aponta, muito presente na experiência das maternidades, e que se refere às decisões práticas que permitem a manutenção da vida e o exercício do trabalho, por exemplo.

*Mas falando objetivamente sobre as questões é, de horários né, questões de com quem deixar? **Como vou fazer para trabalhar estando com uma criança em casa?** que são assim básicas. Pra além dessas questões de preocupações que isso também me gerou, é em relação a saúde da minha família, enfim, eu fiquei num primeiro momento assim, é de **mãos atadas**. Assim, eu fiquei... tá, e agora? o que eu vou fazer? Aí a minha sorte foi que no momento minha mãe também, por trabalhar na educação, estava em casa. (Ana)*

É muito interessante perceber a utilização da palavra criança. Lembro-me de já ter me referido à minha filha dessa forma. Quando procuro pensar sobre a escolha desse repertório, preciso compreender também o contexto em que foi utilizado. De todo modo, “criança” é um termo mais generalista do que “filha” e usá-lo me traz uma ideia de uma condição não particular e mais coletivizada. Diante do fechamento de creches e escolas e também do distanciamento das redes de apoio, Ana, assim como muitas outras mulheres mães, precisou buscar alternativas que pudessem garantir o cuidado de sua filha enquanto exercia seu trabalho remunerado.

A expressão “mãos atadas”, presente no discurso de Ana, costuma ser usada para indicar quando uma pessoa está impedida de agir diante de uma situação ou na resolução de uma problemática. Exercer o cuidado de sua filha sem a participação do pai e ao mesmo tempo exercer seu trabalho remunerado no contexto pandêmico fez com que Ana se sentisse de mãos atadas. Apesar de ter a “sorte” de contar com sua mãe, ela nos fala sobre ser “injusto” e também algo “muito problemático” (SIC)²² pois, a mãe de Ana naquele momento exercia o trabalho doméstico, cuidava de sua neta e realizava seu trabalho remunerado como professora de forma remota. Ana nos conta que foi muito cansativo e desgastante para sua mãe desempenhar todas essas funções ao mesmo tempo. Passado pouco mais de um ano de pandemia, sua mãe foi acometida pela covid-19 e enfrentou um difícil processo de adoecimento, gerando sequelas e levando meses para conseguir se recuperar. Nesse mesmo período, a irmã de Ana pariu sua filha e precisou de apoio no puerpério. Ao tocar sobre a experiência que envolveu o cuidado de várias pessoas de sua família, Ana coloca que:

*Menina, não tinha parado pra falar sobre isso, sabia?! Primeira vez. Nem em terapia. Eu não parei pra falar sobre as implicações da pandemia na nossa vida na época. **E a gente não teve tempo de parar pra chorar também (risos).** Você vê...porque assim a raiva era muito maior. Tendeu? A raiva e o cansaço, sabe?! (Ana).*

As emoções de raiva e cansaço são alguns dos sentidos produzidos a partir de uma experiência na qual diante de muitas demandas de cuidado a entrevistada demonstra que não havia tempo para pausa e manifestação de choro.

Assim como Ana, Amanda também vivencia uma maternidade “solo”²³ e nos conta que, por causa do trabalho que tinha antes da pandemia, ela não conseguia

²² Utilizaremos “(SIC)” para indicar que o texto reproduzido foi fiel à forma como as entrevistadas falaram.

²³ Esse termo refere-se à experiência de maternidade na qual o genitor da criança não exerce a paternidade. É importante destacar que o termo maternidade “solo” veio reconfigurar a expressão machista e de caráter depreciativo “mães solteiras”. Contudo, trago uma provocação acerca deste

participar do desenvolvimento do seu filho. Então a pandemia foi o momento de “descoberta e de perder o controle das coisas” (SIC) na medida em que tentava manter uma rotina com ele e não conseguia. O descontrole remete ao caráter de imprevisibilidade presente tanto em uma pandemia, como nos primeiros anos do desenvolvimento de uma criança. Além de ser desafiador, Amanda fala sobre existirem “algumas perspectivas” (SIC) para responder ao questionamento sobre “ser mãe na pandemia”. Ao longo do diálogo nos deparamos com repertórios linguísticos que trazem essas diferentes perspectivas e que legendam principalmente contradições presentes no caso de Amanda e que nos fazem compreender a complexidade de tal experiência e colaboram com a literatura que nos aponta que os sentidos são conflitantes, contraditórios e múltiplos na medida em que lidamos com uma realidade polissêmica e discursiva que não se separa da pessoa que a conhece (PINHEIRO, Odette de Godoy, 2013).

*Tinha o tédio também, era muito entediante ficar com ele num...era uma **cobrança muito excessiva**, de como que eu vou, é, fazer o desenvolvimento motor, certo, sabe?! Se eu não sou pedagoga, se eu não sei o que fazer nessa idade (risos). Era uma cobrança excessiva também nesse sentido de ah, daqui há dois anos ele tem que tá com toda motricidade fina ok, e agora o que que eu faço? E aí tinha um monte de perfis, um monte de lives ensinando. E aí **ao mesmo tempo, era difícil** então era uma **chuva, uma enxurrada de informações**, mas ao mesmo tempo essa perspectiva, esse olhar gostosinho de tá com ele, sabe?! (Amanda)*

Por um lado, sentimentos desconfortáveis como tédio e cobrança, por outro um “olhar gostosinho” para o desenvolvimento do filho. Esse trecho da conversa nos convoca a pelo menos um debate importante que produz diálogos entre as temáticas pandemia e maternidades. No movimento de nos apropriarmos das realidades vividas pelas mulheres mães entrevistadas, compreendemos a importância de discutir a não romantização das maternidades e refletir como a romantização contribui para idealização dos processos, bem como para a vivência de afetos de culpa e também de vias de adoecimento. Os marcadores sociais, as configurações familiares e muitas outras curvas tornam esses caminhos singulares para cada mulher mãe. Pelo fato de não seguirem uma linha reta, é que adotamos o termo maternidades, no plural.

Além dos cuidados diários com uma criança, Amanda sentia uma cobrança excessiva com relação ao que poderia fazer para contribuir com o desenvolvimento

termo, pois ainda que consideradas “solo”, muitas dessas mulheres mães vivenciam suas maternidades construindo redes compostas por mulheres (mães, avós, vizinhas, amigas etc.) para a co-produção do cuidado de/com suas crianças.

biológico do seu filho. Nesse sentido, ela aponta que havia uma série de conteúdos de fácil acesso na internet que tentavam auxiliar as/os cuidadoras/cuidadores neste processo. Essa experiência pode ilustrar a ideia de uma padronização do desenvolvimento infantil, fundamentado por um biologicismo que estabelece etapas cronológicas e nega a singularidade das infâncias. Compreendendo que não existe um padrão de maternidade, é preciso também ter um olhar profundamente cuidadoso com discursos e mecanismos que versam sobre uma uniformização do desenvolvimento das crianças. As contradições exploradas no diálogo com Amanda demarcam a pluralidade de sentidos e subvertem as tentativas de padronização.

*Em **contrapartida** a pandemia me trouxe também muito um recolhimento, sabe?! Foi quando eu consegui escrever mais na mandala. Foi quando eu consegui entender melhor meu ciclo menstrual, escrever mais sobre mim, me **reconectar**, cuidar, cuidar mais da minha alimentação, da alimentação do meu filho não (riso), mas da minha alimentação, fazer alguns exercícios, Yoga, meditar, sabe?! Então, mas eu tive que...tive esses **lapsos** assim. (Amanda)*

Amanda, destaca que após três meses do início da pandemia foi acordado com o pai de seu filho, que ele ficaria alguns dias da semana com ele e foi dessa forma, que ela, depois de três anos, conseguiu se cuidar e se reconectar com ela mesma. O compartilhamento dos cuidados de seu filho, ainda que de forma desigual²⁴, possibilitou espaço e tempo para um olhar sobre si. Os “lapsos” que ela coloca dizem respeito a alguns comportamentos nos quais ela sente que falhou e que serão abordados no próximo tema.

Maternidades

No tema *Maternidades* observamos repertórios relacionados sobretudo às experiências de ser mãe, as relações entre mães, bebês e crianças, as demandas, os desafios, perspectivas etc. Os repertórios dizem respeito a afetações, maternidades solo e cuidado.

É, mas é tudo...eu sempre achei a maternidade assim...quase que dois pesos, duas medidas, sabe?! Muito contraditória. (Amanda)

²⁴ Apesar de seu filho ir para a casa do pai, ela conta que continuava tendo que se preocupar e sendo responsável por atender a todas as demandas do seu filho, como por exemplo, médico e compra de roupas e itens de higiene.

A expressão: “Dois pesos e duas medidas” é um repertório utilizado para indicar algo injusto e desigual. Amanda nos aponta uma experiência de maternidade na qual os cuidados com seu filho são feitos de forma desigual entre ela e o pai da criança. A entrevistada nos apresenta algumas contradições vivenciadas e em seguida, traz a maternidade, colocando-a como uma experiência na qual é assim como sentiu na pandemia muito contraditória. É interessante perceber que esse repertório surgiu após a entrevistada utilizar expressões que demonstram diferentes e, algumas vezes, opostas formas de se sentir e estar no exercício da sua maternidade na pandemia. A autora Badinter (2011) pontua que é impossível falar de um determinismo biológico ou instintivo, porque não existe um ou dois modos de viver a maternidade, mas são infinitas formas de maternidades, sendo elas fruto das histórias pessoais e culturais de cada mulher. Essa compreensão é fundamental na busca por refutar generalizações que existem em torno dessas vivências e que ao mesmo tempo produz demandas e especificidades comuns a algumas delas. Como Francisca nos coloca

*Eu acho que a maternidade também leva você muito pra esse espaço, né, você **não cabe no espaço público**. “Ah, eu vou sair, vou sair com meu filho. Aí o lugar não é preparado pra ele, você se sente insegura. Aí você vai conversar com amigas de quando você não tinha filho e você vai contar alguma coisa, a pessoa não entende o que você tá falando... E acabei... Eu me sinto agora...e sem falar das outras mães assim...que também...tem **muitas mães que são muito competitivas**. Aquela coisa, né, “seu filho já andou? seu filho já comeu? O meu faz **assim**, o meu faz **assado**.” (Francisca)*

Ainda que a maternidade seja uma experiência comum a muitas mulheres, a entrevistada nos aponta para uma sensação de não “caber” no espaço público e desse espaço não ser preparado para incluir nossas crianças e isso provocar insegurança. O exercício das maternidades, sobretudo suas demandas e práticas cotidianas, ocorrem em grande parte do tempo no espaço doméstico ou espaço “privado”. É bastante inquietante se deparar com a sensação de Francisca de que os espaços públicos, ou seja, espaços que são comuns a todas as pessoas, não são acolhedores e seguros para crianças. Uma sociedade que não se preocupa em ser preparada para que crianças habitem seus espaços comuns e as mulheres mães sintam-se seguras neles. me remete a uma lógica binária, patriarcal e adultocêntrica.

A dualidade entre os espaços público e privado já existe antes mesmo da modernidade, todavia o binarismo que defende diferentes prestígios e status foi se construindo com a colonialidade. O pensamento ocidental imposto aos países colonizados foi mantido por dicotomias como normal e patológico, moral e imoral, bem e mal e, também, espaço público e espaço privado (ANDRADE, Camila, 2018).

Um dos efeitos da construção da dicotomia entre espaço público e privado é a compreensão do espaço doméstico como não político, e dessa forma, a invisibilidade de violências exercidas no âmbito doméstico e familiar, além da desqualificação dessas pautas na medida em que sendo privadas, são pessoais e não devem ser dialogadas na esfera pública. A dicotomia dessas esferas reproduz desigualdades de gêneros e nesse sentido, as críticas feministas, sobretudo aquelas que partem de uma perspectiva decolonial, buscam desconstruir o caráter universal e natural da sociedade capitalista (ANDRADE, 2018).

É preciso compreender que essas divisões são moldadas pelos interesses capitalista, patriarcais e racistas que reproduzem assimetrias sociais, por exemplo, a construção de que mulheres possuem responsabilidades na esfera privada, enquanto a esfera pública é atribuída aos homens (ANDRADE, 2018).

Ainda em diálogo com os feminismos e retomando os repertórios utilizados nas entrevistas, observamos que Francisca nos aponta para uma competitividade entre as mulheres mães a partir de diferentes formas e tempos no desenvolvimento das crianças. Essa competitividade pode ser pensada também como efeito das formas pelas quais o patriarcado, o racismo e o capitalismo produzem padronização e competição entre as próprias mulheres. Nesse sentido, assim como a idealização das maternidades, a padronização de etapas na infância colabora tanto para a competitividade nas relações entre mulheres mães, sentidas por Francisca, como pode também produzir sensações de inadequação, atrasos, frustrações, dentre outros efeitos.

Novamente, observamos que não existe uma universalização da mulher, nem da maternidade, nem mesmo do desenvolvimento das crianças. No entanto, o tema transversal maternidades nos traz repertórios, como no caso de “não caber no espaço público”, que nos convocam a pensar na existência de desafios e lutas compartilhadas. Apresento a seguir repertórios muito semelhantes em diálogos com diferentes entrevistadas.

*Foi, então ainda tava **caindo a ficha** daquele história toda, do bebê e tal.
(Francisca)*

*Eu fiquei bem feliz na verdade. Quando, eu falo, a pandemia foi muito ruim pra muita gente, mas pra mim, em particular, não é sendo egoísta, pra mim foi muito bom porque eu pude ficar em casa e aproveitar bem a minha filha, né, e ter um tempo pra mim, pra me adaptar, tipo, **caiu a ficha**: po, eu sou mãe agora. É porque eu tava numa correria tão grande de medo de perder*

*emprego, medo de correr atrás de tudo e adaptar, ser mãe, e trabalhar fora e tudo mais [...]. Então, foi isso, então foi muito bom, porque eu pude curtir, curtir a maternidade, **curtir minha filha e não me sentir culpada**. Não me sentir inútil. (Beatriz)*

Em ambos os repertórios nos deparamos com a transversalidade entre os temas maternidades e pandemia. Eles trazem a ideia de ir compreendendo ou compreender o que é ser mãe e/ou as maternidades: Eles contribuem para percebermos que são nos processos que os sentidos são produzidos e por essas singularidades, voltando na discussão anterior na qual percebemos que é insustentável universalizar formas de ser mãe e/ou de criar as/os filhas/filhos.

Além do atravessamento entre maternidades e pandemia, o segundo repertório em específico traz também a interface com trabalho remunerado, quando ela expõe a ausência de culpa diante da experiência de “curtir” a maternidade sem estar exercendo seu trabalho remunerado. Beatriz não se sentia culpada, nem “inútil”, pois pôde aproveitar a maternidade na medida em que estava impossibilitada de trabalhar nos primeiros meses da pandemia.

*Porque eu falei até os 3 anos é importante...é o momento que você tem pra errar. Pra tentar acertar e errar. Porque até aí, ela não tem uma memória consciente ainda muito bem estabelecida. Ela vai esquecer. Depois você não tem mais direito de ficar... **Eu já não vou te dar mais essa colher de chá que eu to te dando**, entendeu?! Então a partir dos 3 anos, bateu 3 anos. Janeiro, meu filho...dia 5 de janeiro de 2021. Aí eu falei dia 5 de janeiro de 2021 você não tem mais essa colher de chá e de preferência que fique o mais afastado possível **pra não me dar trabalho** porque assim, já basta os trabalhos que eu tenho sozinha, tendeu?! (Ana)*

*Ah, eu fico indignada! (risos) Eu tenho muita raiva disso! Puta da vida, né?! Eu identifiquei essa raiva assim outro dia na terapia, mas eu chorei, mas eu xinguei foi muito. Porque **eu já passei muito pano**, Carol. Passei muito pano! Falar: “Ah, coitado! não tem estrutura, família disfuncional, não tem mãe, não tem pai por ele. Ah, mas poxa, sabe?! A gente se desdobra, né Carol?! A responsabilidade, a gente pari e ninguém vira pra gente e fala: “Olha, agora que você virou mãe, tá aqui o **manual**, vem cá deixa eu te ensinar como é que é. Tem aqui a responsabilidade...” Não. E eu fiz muito esse papel, né?! Vem cá deixa eu te explicar o que é a paternidade. E aí eu fiquei exausta, sabe?! Esse ano...ano passado pra cá eu to fazendo tratamento psiquiátrico, eu tô medicada... (Amanda)*

Nos dois repertórios falamos de experiências de maternidades “solo”. Através deles, Ana e Amanda contam como é vivenciar a maternidade sem compartilhar a responsabilidade com o pai da/o sua/seu filha/filho. Ambas as expressões “dar colher de chá” e “passar pano” têm sentidos de facilitar ou dar uma chance.

É interessante notar que nas duas falas as entrevistadas utilizaram nas expressões elementos relacionados aos espaços domésticos (colher e pano) para

retratar suas vivências de maternidades “solo” e o relacionamento com os pais das crianças. Ambas as expressões se referem a uma postura por parte das mulheres mães de facilitar e compreender o comportamento dos pais. Além disso, percebemos também as afetações das entrevistadas frente aos efeitos dessa configuração de maternidade. No caso de Ana, ela identifica que a participação do pai na vida de sua filha acarretaria ter que discutir a educação dela com outra pessoa e essa dinâmica daria mais trabalho do que criar sua filha sozinha.

Amanda também relata seus incômodos com relação à falta de participação do pai na vida de seu filho e com relação a isso coloca que sente raiva e indignação. “Não dar uma colher de chá” e “não passar pano”, dentro dos diálogos que construí com essas mulheres mães, surge a partir de uma configuração solo de maternidade que produz cansaço e que decide por mudanças de postura frente à (des)responsabilização dos pais.

Em reportagem da associação Gênero e Número: “Retrato das mães solo na pandemia”²⁵ observamos alguns dos enfrentamentos das mulheres mães solo intensificados com a covid-19. No país, são mais de 11 milhões de mulheres que tentam conciliar trabalho, cuidado com os/as filhos/as, necessidades e saúde mental. Os dados mostram que mulheres mães solo negras são maioria e vivem em situações de vulnerabilidade (ausência de moradia, educação, saúde, saneamento etc.). Nesse sentido, as redes de apoio que sempre tiveram papel fundamental foram prejudicadas nesse período.

*Então isso, você perguntou das coisas que me afetaram na pandemia, foi muito isso assim, do tempo que...da hora que eu tava às vezes tomando um vinho a tarde pra relaxar porque tinha essa possibilidade, fazendo yoga de manhã, à noite eu tava dando uns tapas nele e isso era muito difícil de entender pra mim, sabe?! **‘Por que que você tá tão bem e batendo no seu filho?’** Foram várias vezes... Então, são essas coisas que me afetaram assim, bastante, né, tiveram berros assim, tiveram gritos. Eu falava com o pai dele, falava: “a culpa é sua, eu to muito nervosa (Amanda).*

O comportamento de violência para com as/os filhas/filhos parece nortear a discussão acerca da reprodução de desigualdades e do exercício hierárquico de poder nas relações entre mulheres mães e filhas/filhos. O livro “*Pedagogia da Violência: as relações de Poder entre mãe e filha*” (2002) traz histórias de mulheres mães que exercem violências com suas filhas e tenta compreender as possíveis explicações dessas mulheres mães para a prática da violência. Dentre as explicações analisadas

25 Reportagem disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>

no livro, a autora, Maria Cristina Vasconcelos, traz que essas mulheres mães falam de um “descontrole emocional”, contam que as filhas “tiram do sério” e outro ponto é a sensação de estar sozinha assumindo toda a responsabilidade com a educação e o cuidado das/com as filhas. Nesse sentido, a violência doméstica pode ser pensada como efeito da sobrecarga no processo de cuidado a partir do exercício de uma maternidade solo, somado a ausência de serviços, instituições, estratégias de educação e cuidado com as crianças. No caso de Amanda, ela nos aponta que não acredita na violência como um caminho e que “não adianta nem ficar justificando”, contudo, nos atentamos aos efeitos dessa prática e com o que se relaciona. Sentimentos de culpa e arrependimento surgem enquanto efeitos e para falar dessa experiência difícil, a entrevistada nos coloca a “solidão materna”:

*E aí eu cheguei a bater nele algumas vezes, sabe?! Eu cheguei a bater. A **solidão materna**, sabe?! Isso que não citei em momento algum. Eu me vi só por muito tempo, né?! Os três anos que eu fiquei cuidando dele numa configuração solo foi muito entediante, eu tentava ser...eu **custei identificar** a minha identidade. Até hoje eu acho que eu tenho algumas questões de me identificar quem eu sou, sabe?! Pra onde eu vou... acho que é natural em alguns momentos, mas tem alguns conflitos que vem muito dessa **maternidade solo**. e dessa solidão, sabe?! Que veio, de me sentir muito abandonada, muito rejeitada, sabe?! (Amanda)*

A “solidão materna” que a entrevistada sente parece estar associada a dois fatores. Um deles é o sentimento de solidão como efeito de uma maternidade solo, dessa forma diz respeito à ausência da figura paterna no compartilhamento de cuidados e criação do filho, o que implica em um exercício solitário da função de cuidadora. O outro ponto em questão é a solidão que emerge a partir de um sentimento de abandono e vazio pela perda e/ou rompimento do vínculo afetivo com o genitor da criança. O abandono sentido por ela parece se relacionar com a falta de suporte e desresponsabilização do outro diante de uma experiência comum de cuidado.

Além de Amanda, Francisca e Beatriz também nos contam sobre a solidão na maternidade durante a pandemia e, no exercício de compreender esse sentimento, somos convocadas/os a debater sobre redes de compartilhamento de cuidado. Assisti recentemente a um vídeo²⁶ no qual a educadora parental Lua Barros falava sobre o provérbio de origem africana que diz: “É preciso uma aldeia inteira para criar uma

²⁶ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVd6BeJYwMk>

criança”. Ela contava sobre como podemos compreender esse provérbio a partir de uma perspectiva subversiva na qual retira um “peso”, ou seja, uma cobrança social sobre a figura mãe. Perceber que é necessária uma aldeia para criar e cuidar de crianças permite a abertura de questionamentos sobre o que as pessoas aprenderam e esperam de alguém que é mãe e o que nós entendemos ser o papel de mãe na sociedade.

Em algumas etnias indígenas²⁷, por exemplo, existem configurações de relações nas quais as mulheres mães não são as únicas responsáveis pelas crianças e pessoas que não são necessariamente mulher, mãe ou pai, atendem as necessidades básicas, constroem vínculos e compartilham a responsabilidade e o cuidado de crianças. O repertório a seguir ilustra muito bem o porquê optamos por falar sobre temas transversais – Trabalho remunerado, Trabalho doméstico e Maternidade

*Eu gosto muito de ser mãe, eu me sinto muito realizada. Tipo assim, não é um **peso** pra mim. Eu sou muito... muito feliz com a maternidade. Eu só fico estressada porque é muita coisa, tipo porque eu trabalho fora. Talvez se eu fosse só dona de casa, eu não ficaria tão estressada. (Beatriz)*

A maternidade não se trata de um tema restrito apenas às mulheres mães e suas experiências individuais, mas faz parte da sociedade e implica questões vividas coletivamente. Nesse sentido, parece importante compreender como a colonização afetou e transformou o cuidado comunitário para com as crianças. A fim de construir caminhos que ampliem as possibilidades de produção de cuidado das crianças, a promoção de bem-estar e a saúde das mulheres mães é fundamental repensar as formas de cuidado que reproduzem desigualdades, sobretudo quanto à distribuição das tarefas de cuidado e compreender que o compartilhamento do cuidado é elemento fundamental dessa transformação.

Redes de Apoio e/ou Cuidado Compartilhado

Ô mô, mô, cê não fica um cadinho com as crianças não?! Porque a gente não tá conseguindo fazer o estudo aqui não. (Beatriz)

²⁷ Link da reportagem que traz aspectos das maternidade indígenas e a diversidade de percepções e relações de cuidado: <https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-indigena/>

A temática *Redes de Apoio e/ou Cuidado* Compartilhado diz respeito à existência ou ausência de pessoas, grupos e instituições que oferecem apoio e/ou cuidado às vivências das mulheres mães e seus/suas bebês e crianças no contexto da pandemia. As redes de apoio e o cuidado compartilhado com familiares, amigas/amigos, vizinhas/os e profissionais são capazes de promover apoio emocional (ofertas de cuidado), apoio com orientações e informação e/ou apoio com a provisão de recursos, serviços e solução de problemas (RAPOPORT, Andreia; PICCININI, Cesar, 2006).

Identificamos nesta temática que os repertórios abordam relacionamentos conjugais, família, amigas/os e creche. A epígrafe que inicia este item é referente à entrevista com Beatriz, quando ela solicitou a ajuda do seu esposo para cuidar de nossas filhas e conseguirmos nos concentrar no diálogo. É no próprio diálogo que os repertórios são produzidos e a dificuldade de conseguir fazer o “estudo”, como Beatriz coloca, já nos fala de um lugar no qual nos percebemos realizando mais de uma demanda ao mesmo tempo e sentindo dificuldade.

Na entrevista realizada com Ana, ela também aborda a respeito de sobrecarga de demanda, nos contando que o período mais difícil na pandemia foi quando sua mãe, que era sua rede de apoio, adoeceu por covid-19 e, além de não poder mais cuidar de sua filha, também demandava inúmeros cuidados com relação a sua saúde e recuperação. Nesse mesmo período, sua irmã estava no puerpério com uma bebê em casa e precisava de sua ajuda. Sobre os sentidos produzidos diante dessa experiência

*Tava tudo fora do lugar, tudo fora do lugar. Enfim, aí foi...eu me senti extremamente, me senti extremamente indignada, **indignada, cansada, ansiosa...**A gente tava com força para dar **respaldo** uma pra outra, mas extremamente **estressada**. Porque minha mãe tava também como um bebê recém-nascido. (Ana)*

Esse repertório lembra-me um diálogo que tivemos no grupo prosinha²⁸ na qual uma colega colocou que falamos dos efeitos de irritabilidade e estresse presentes na maternidade, inclusive nas nossas próprias experiências e ela questionava o quanto nós pensamos ou acessamos que esses afetos são efeitos de cenários de sobrecarga materna.

²⁸ Grupo formado por estudantes do mestrado do Programa de pós-graduação da UFAL, que tem como objetivo debater sobre o construcionismo social, compartilhar histórias do processo do mestrado e os caminhos das nossas pesquisas.

Na entrevista, Ana conta que com o dinheiro de sua mãe “lançou mão” (SIC) de um colégio particular em tempo integral, para sua filha ficar enquanto exercia seu trabalho remunerado e atendia outras demandas de cuidado. Relata que por morar distante da zona urbana, vive um “sentimento de desamparo gigantesco” (SIC), pois o bairro que mora não conta com creches e precisa fazer um longo deslocamento até uma instituição. Ana me contou que em um momento ela e sua irmã chegaram a pensar em abrir e disponibilizar um espaço seguro para que as crianças do bairro pudessem ficar. Nesse sentido, a entrevistada aponta que é uma questão coletiva e não particular a realidade dela. O diálogo com Ana nos permite compreender que o enfraquecimento de redes de apoio, em especial as institucionalizadas, e a acumulação de demandas de cuidado na pandemia geram efeitos de indignação, cansaço, estresse e ansiedade.

Frente à fragilidade e/ou insuficiência de ofertas e serviços de cuidado por parte do estado, mulheres se mobilizam em redes de cuidado que envolve dinâmicas intergeracionais e reposicionam os papéis das avós no exercício do cuidado (ALMEIDA, Carla Cristina; STANECK, Flávia Simplício; 2015).

No caso da entrevistada, Ana, que vivencia uma maternidade “solo”, essa rede surge também devido à desresponsabilização do exercício da paternidade, algo exercido através do privilégio de ser homem e que também é autorizada socialmente²⁹.

É, foi barra, sabe?! Eu engordei pra caceta, tipo assim, **foi virando uma bola de neve**. Muita ansiedade, né?! Poxa, daí ou eu cuido do meu filho...e ou eu estudo, ou eu...tipo assim, é cuidar dele e trabalhar. Esse é só...mas daí eu quero formar também. (Amanda)

O repertório “bola de neve” diz respeito a um fato ou situação que progride e geram consequências que se acumulam. Nesse trecho, Amanda que também vive uma maternidade “solo”, nos conta sobre os efeitos que surgem das demandas de cuidados exercidos sozinha, novamente aparece a ansiedade, e preocupação com o aumento do peso corporal. A entrevistada nos conta que possui uma “rede de apoio financeira” (SIC) e com o isolamento social e o fechamento das escolas, ficou bastante difícil gerenciar estudos (formação), cuidar do filho e trabalhar durante a pandemia. A

²⁹ Autorizada socialmente faz referência a uma realidade no Brasil na qual milhares de homens não exercem a paternidade. Nos sete primeiros meses de 2022, por exemplo, mais de 100 mil crianças foram registradas sem o nome do pai. Dados disponíveis no Portal da Transparência do Registro Civil: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>.

importância de redes de apoio nas maternidades é, para Francisca, algo bastante peculiar, na medida em que ela conta que antes da pandemia, quando ainda não havia se tornado mãe, se sentia muito “independente”, e mudar de estado na pandemia sendo mãe fez com que ela se sentisse “só” (SIC):

É, aqui como eu to numa cidade assim que eu não conheço ninguém. **Ainda me sinto assim um pouco no limbo**, sabe?! (Francisca Andrade).

É, não tive ninguém. Eu até brinco, eu e meu marido...às vezes a gente brinca que a gente não conhece ninguém que vive uma experiência tão ruim como a nossa. **Porque ele também me rendia**. E tinha que **dar conta** fora também. Então totalmente sozinhos, o meu filho não pegou chupeta, não tomou mamadeira. Então foi um bebê bem difícil, assim. Agora que ele começou a andar, aí a gente conseguiu colocar na creche (Francisca Andrade).

Compreendemos no diálogo que se sentir em um estado de “limbo” parece se relacionar de certa forma com sentir-se esquecida, em um estado indefinido ou sentir-se sozinha. A expressão surge em uma realidade na qual a entrevistada nos conta que “não conhece ninguém”. Decidimos que esse repertório faz parte do tema “redes de apoio e/ou cuidado compartilhado” ao compreender que a entrevistada aponta para a ausência de vínculos que possam funcionar como rede de cuidado para ela e sua família. No destaque do repertório seguinte, encontramos a expressão “render”, que diz respeito a uma situação na qual alguém cede, alguém “rende” a outra e que também acaba por ilustrar uma configuração de cuidado que, apesar de ser compartilhado com seu esposo, se restringe à mulher mãe e ao pai.

Essa configuração sofreu uma importante mudança quando seu filho foi para a creche:

Sim, e assim pra ele foi bom, eu vejo na cara dele, quando ele falava o nome da cuidadora pra mim, isso era muito louco. Assim é uma prova de que...a forma que ele foi se desenvolvendo mesmo, sabe? Coisinhas que ele aprendeu, onde é que é o nariz. Coisas que eu tava tão **exausta** também e não conseguia, sabe?! Por mais que eu quisesse preencher **todos os espaços**, eu não conseguia ensinar pra ele o tempo todo as coisas porque eu tava exausta, sabe? E ele tem aquele momento com pessoas que tão ali pra isso, né?! Cria um vínculo com ele. A professora diz que ele é o xodozinho dela, e aí você fica vendo essas coisas e fica: “poxa, realmente...” E assim, eu também tive mais tempo com o meu marido, né?! A gente conseguia ver uma série, a gente consegue namorar, dar uma volta. Se **nutrir** minimamente, é... Até pra quando ele chegar ter mais energia também (Francisca Andrade).

Francisca nos fala de uma exaustão como um dos sentidos provocados por essa experiência de cuidado. Quando pensamos no desejo de “preencher todos os espaços” também pensamos em um vazio de um sentir-se só. Esse repertório também nos provoca a refletir sobre a maternidade idealizada como uma experiência construída, na qual a mulher mãe é enxergada como onipotente, “aquela que tudo

pode prover”, e precisa atender a absolutamente a todas as demandas, que não pode deixar faltar, que precisa preencher os vazios que muitas vezes são próprios às maternidades. Em diálogo com a professora Telma sobre essa onipotência, ela compartilhou comigo um capítulo³⁰ do livro: “Irmã outsider, de Audre Lorde”, no qual a autora, coloca: “É tão difícil para as nossas crianças acreditar que não somos onipotentes quanto é para nós, como pais, compreendermos isso” (LORDE, 2020, p. 96).

Identifico-me muito com Francisca, pois os espaços que não são preenchidos e que muitas vezes sentimos que temos e/ou podemos preencher, servem de armadilha para cobranças e também como uma fuga para não lidar com nossas falhas e ausências. Os espaços vazios, no caso de Francisca, também falam da ausência de redes e pessoas que podem preencher esses “lugares”. Ela conta como foi compartilhar o cuidado com a creche na qual ficou surpresa e contente em perceber o desenvolvimento do filho, com a construção de outros vínculos sociais, com as professoras e colegas. Inclusive esse ponto a fez perceber que a construção de vínculos, por meio do compartilhamento do cuidado, é importante para seu filho e fundamental para ela e seu esposo.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA)³¹ institui que é dever não só da família, mas da sociedade como um todo e do Estado cuidar das crianças e garantir seus direitos. Nesse sentido, compreendemos que as creches são instituições fundamentais tanto com relação ao cuidado com o desenvolvimento da infância e que promovem a construção de uma rede que tem abrangência e efeitos para toda família. Destacamos ser importante problematizar que, mesmo esse equipamento público sendo tão fundamental, ainda é pouco disponível e acessível na maior parte do país, gerando uma enorme lista de espera por vagas.

A ausência de garantia desses espaços de cuidado para as crianças indica um estado que “devolve” a responsabilidade do cuidado para as famílias e dessa forma redes e casas que “tomam conta” das crianças são construídas em torno da comunidade, inclusive para as populações mais vulneráveis (FERNANDES, Camila, 2021).

30 O capítulo se chama “O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista”.

31 Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html

A necessidade de existência dessas redes fica ainda mais evidente, pois além da insuficiência de vagas nesses equipamentos, cabe discutir também que as próprias dinâmicas de funcionamento das creches não contemplam, na maioria das vezes, as sustentabilidades das famílias, considerando os trabalhos noturnos, os dois períodos de férias ao ano, os horários de entrada e saída das creches. De várias formas observamos significativas incompatibilidades com realidades de famílias e seus trabalhos remunerados.

Ainda sobre a creche, Francisca nos traz uma analogia também riquíssima com a ideia de “nutrir”, fazendo referência à “energia” que pode ser experimentada na medida em que há tempo e condições de viver outras coisas e relações.

*Então, nesse momento a gente tá muito fechado na gente. Eu e meu marido. Meio que ainda tentando se...enfim, se entender, é?! Depois da...porque eu acho que quando você tem um filho é **uma quebra de quem você era**. Então você fica entendendo, o que que tá acontecendo, quem você é agora no meio...quando você consegue **dar uma respirada** assim. Eita, olha só... meu filho tá seguro, tá aqui perto. E agora? (risos) Aí a gente tá muito colado, eu e meu marido. A gente acaba se vinculando mais, mas eu **gosto de respirar, ele precisa respirar** também. (Francisca Andrade)*

Observamos o sentido de mudança no repertório “quebra de quem você era” diante do nascimento de uma/um filha/filho e, em seguida, “dar uma respirada” como uma sensação de alívio ao perceber que sua/seu filha/filho está sendo “segura/o” e bem cuidada/o por outras pessoas. Atentamos também para, como o mesmo repertório pode ter sentidos diferentes, quando nessa experiência de compartilhar o cuidado com a creche, o vínculo do casal é fortalecido e o “respirar” parece se relacionar com a importância de construir outros vínculos.

As discussões levantadas neste tema nos impulsionam a (des)construir relação direta ou instintiva, como coloca Badinter (1985) entre a capacidade de procriar e a capacidade de cuidar, entendendo que a capacidade de cuidar é inerente ao ser humano e esse exercício pode ser realizado por qualquer pessoa e de forma coletiva.

O tema transversal: “Rede de Apoio e/ou Cuidado compartilhado” surgiu em todas as entrevistas, o que nos mostra a importância dessa discussão quando perguntamos para essas mulheres mães como foram suas vivências na pandemia. Os repertórios nos permitiram compreender alguns dos sentidos que são construídos a partir da existência, enfraquecimento ou ausência dessas redes.

Espaços domésticos e trabalho doméstico não remunerado

O tema Espaços domésticos e *Trabalho doméstico não remunerado* diz respeito às tarefas domésticas, aos afetos, elementos e vivências relacionadas a este espaço. Neste tema, os diálogos trazem repertórios como: geração familiar, gênero, tarefas domésticas e cuidado.

A escolha por definir que estamos falando de trabalho doméstico não remunerado surge a partir de dois pontos: o primeiro é para sinalizar que falar somente em trabalho doméstico teríamos que abranger as experiências da categoria das trabalhadoras domésticas, o que, apesar de dialogar muito com essa discussão, não é o objeto deste trabalho; o segundo é que nomear como não remunerado já é em si um posicionamento de visibilizar as tarefas domésticas assumindo um sentido de trabalho.

Neste tema transversal, nos deparamos novamente com repertórios linguísticos relacionados a respirar/respiração.

É assim, eu começo a fazer aí ele [esposo] já chega junto. Aí o dia que ele não chega junto, porque às vezes ele tá cansado também, a pessoa quer respirar. (Beatriz)

A entrevistada fala como é a dinâmica de quando ela chega em casa depois do trabalho. Ela aponta que começa a fazer as demandas da casa e algumas vezes seu marido toma a iniciativa de “chegar junto”, ou seja, fazer junto. Nos dias nos quais ele não faz junto com ela, ela aponta que ele está cansado também, assim como ela. Observamos que Beatriz usa um termo mais generalista “a pessoa”, o que diz respeito a um desejo em comum. Ela aponta que nos momentos que ela começa a fazer as coisas sozinha, ela fica irritada e o chama para fazer também e, mesmo que ele faça, ela é a “comandante” (SIC).

Retomamos um pouco a discussão sobre a capacidade de procriar e cuidar para pensar o espaço doméstico e compreender que as construções acerca da responsabilização da mulher decorrem da construção de ideias que cristalizam que ser mulher e mãe a ela deve ser atribuído o trabalho doméstico.

E aí, tava muito naquele início de relacionamento, muito na paixão e tal. E em seguida, eu engravidei. E aí veio todo esse isolamento, né?! E aí eu senti o peso da estrutura social, na verdade, que era uma coisa que eu trazia muito recorrente no grupo, assim, das divisões dos papéis. De como os homens estruturalmente não olham para o trabalho doméstico. E conseqüentemente também...meu filho nasceu na pandemia e por mais que eu ache meu companheiro muito parceiro e enfim, ele aberto. Eu senti que ele...existia um

abismo ali separando a gente [...]. Então foi a primeira vez que eu me vi nesse lugar, sentindo esse peso social dessa divisão de trabalho. Onde o homem não entra em contato com a casa, sabe?! É, ele achava que pagando uma...sei lá uma diarista estaria resolvido. Mas todo dia tem coisa pra fazer. (Francisca Andrade)

É como se ele não tivesse nada a ver com aquilo. Ficava totalmente alheio àquilo. E aí tem a questão da comunicação. Eu me senti meio que **alfabetizando** ele sobre a questão da casa mesmo, assim...“ó, isso aqui se faz assim...” Nesse lugar onde eu tava totalmente **sugada de mim mesma**. E aí quando eu desisti. Eu disse: “ó, tá bom, não dá mais, não dá.” Aí ele foi se **dando conta** assim, mas eu acho que só agora mesmo que ele conseguiu entender minimamente. (Francisca Andrade)

Foi a partir da experiência de ser mãe em um contexto de isolamento que Francisca sentia e explorava no grupo que participamos, uma espécie de divisão de papéis dentro da sua configuração familiar. A expressão “abismo” ilustra um distanciamento entre a entrevistada e seu parceiro diante das demandas dos espaços domésticos. Esse distanciamento parece falar de construções de realidades diferentes e apesar de estar “sugada”, ou seja, cansada, sentia que era importante “alfabetizar”, no sentido de ensinar seu parceiro o exercício do trabalho doméstico.

*Eu falo: ‘cara, mora eu e você. A casa é nossa!’ Então eu sempre trouxe muito esse peso pra ele. Tipo ‘você tem que cuidar!’ Eu não acho...não é pe...é um peso e não é, né?! É uma responsabilidade. ‘Aqui o lar é seu! Você tem que cuidar’. Mas às vezes eu acho que eu **peso a mão** por conta de ser só eu e ele, sabe?! (Amanda)*

Talvez seja um grande erro da minha criação. Minha mãe nunca deixou fazer eu nada em casa. Sempre trabalhei fora, mas cuidar da casa não. O que eu fazia era arrumar...o mínimo. (Beatriz)

De um lado, observamos um recorte da experiência “onde o homem não entra em contato com a casa”. No outro notamos a construção de responsabilidades com relação ao espaço doméstico desde os primeiros momentos da infância. Nessa perspectiva, pensamos que nós mulheres mães também protagonizamos essas dinâmicas com nossas crianças e por isso podemos convidá-las a construir³² responsabilidades com o trabalho doméstico. No segundo fragmento, outra entrevistada nos contou que não gosta de realizar o trabalho doméstico e que considera que o erro é da “criação”, pois quando mais jovem sua mãe não a deixava realizar este trabalho.

32 Apontar essa construção me faz lembrar de Laura, minha filha que com um pouco mais de um ano de idade me surpreendeu ao pegar um pano e uma vassoura para limpar o chão. É evidente que ela havia aprendido ao me observar fazendo isso inúmeras vezes. Essa questão de aprendizado de nada tem a ver com gênero. Na entrevista com Francisca ela me contou sobre seu filho fazer o mesmo após ter observado seu esposo.

*Mas você vai comunicar e aquilo gera um desconforto, um confronto mesmo, né?! Não um diálogo que você encontra soluções. E é levado de uma forma leve, mas aquilo se torna uma questão, então é muito cansativo isso. **E são coisas simples, né, que fazem parte... não sei se é tão simples, mas tá ali no seu dia a dia que uma pessoa adulta tem que lidar, né?! Então você tem que lidar com a roupa suja, você tem que lidar com a louça, você tem que lidar com o cuidado do nosso filho e assim se não for leve, se a gente não tornar isso leve, não vai ser...** (Francisca Andrade).*

No repertório acima encontramos os sentidos produzidos e modificados no próprio diálogo. Inicialmente a entrevistada fala sobre o trabalho doméstico como algo simples e, em seguida, coloca em questionamento se de fato seria algo simples. Eu identifico que esse momento do diálogo é de uma riqueza muito grande pois me remete às contradições do trabalho doméstico. Ao pensar que as tarefas domésticas são tão práticas e objetivas, elas podem facilmente assumir o caráter de simplicidade, de tarefas que não são/seriam complicadas. Todavia, colocar em dúvida se essas tarefas são de fato simples, é perceber as dimensões dessas práticas e afetações relacionadas. Além disso, ao assumir que o trabalho doméstico é mais complexo do que simples, nos propomos a desconstruir invisibilidades deste trabalho e seus efeitos na vida das pessoas.

Quando eu olho pro trabalho doméstico e pra essas mulheres que vieram antes, né?! No meu caso, penso na minha mãe, nas mulheres da minha família que tem essa coisa do trabalho doméstico muito forte. E eu fico pensando nessa **invisibilidade** mesmo, sabe?! do trabalho doméstico que vai, é uma **bola de neve**, você nunca parar de fazer. E ao mesmo tempo eu fico pensando até...**qual é o ponto**, sabe?! de não se deixar, que esse compromisso leve tanto a sua vida, assim, sabe?! que você não foque de uma forma que...até onde é saudável isso, sabe? Porque hoje eu não to trabalhando fora, continuo trabalhando só aqui em casa e cuidando do meu filho e aí quando eu olho pra tudo que eu tenho que fazer todo dia, eu sinto uma **angústia**, eu fico: 'caramba!'. (Francisca Andrade)

Primeiro, não era o meu perfil. Me dedicar a família e ao casamento, a filho, assim... Eu fico vendo como isso é potente mesmo assim, sabe?! Como isso gera, reverbera em você. E aí é muito confuso também porque acho que você cair numa conversa conservadora, sabe?! onde a mulher que tem que ficar em casa, cuidar da família, em primeiro lugar, sabe?! Eu acho que é um, **uma linha** assim de você se entender nesse processo e não **se afogar** também, sabe? como se a única coisa que você tem na vida é aquilo. Então acho que eu ainda tô entendendo, assim sabe?! Até onde esse cuidado vai e vai me fazer bem, qual o momento que eu preciso sair, qual é o momento que eu vou direcionar esse cuidado pra mim? [...] Fui buscando assim alternativas pra **tirar da minha mão**. (Francisca Andrade)

Ao entrar em contato com esses recortes, vou percebendo como meu diário de campo produzido antes das entrevistas dialogam tanto com esses repertórios. Pensar sobre o trabalho doméstico para muitas mulheres é um olhar para as histórias das mulheres que “vieram antes”, as mulheres das nossas famílias. A entrevistada fala

sobre um sentido de angústia a partir da “bola de neve”, se referindo ao trabalho doméstico que é prolongado e “interminável”.

Quando dialogamos sobre o trabalho doméstico, estamos falando de tarefas que são base para outras experiências acontecerem, dessa forma, os questionamentos: “Qual é o ponto?” “Até onde é saudável?” podem ser extremamente complexos de serem compreendidos. Aqui observamos que o repertório “se afogar” também nos lembra sobre impedir a respiração. Qual é a linha que precisamos estar atentas/os para não nos afogarmos em algo tão necessário, ao mesmo tempo que interminável? Essas perguntas compartilhadas por Francisca surgiram não à toa, próximo a uma pandemia, momento em que o cuidado se fez tão presente.

Cara, é um trabalho danado pra poder fazer, pra poder criar uma rotina pra uma criança. E esse trabalho que não é reconhecido, que **tá por trás dos bastidores**, igual você falou pra fazer uma comida você tem que ir no mercado, sei lá, sacar um dinheiro, ter o dinheiro pra comprar, tem que trabalhar pra ter o dinheiro pra comprar no mercado, saber o dia da feira, se tá na época da fruta ou não... (Amanda)

[...] na pandemia ele se colocou nesse espaço de arcar com a grana e eu arcar com o trabalho doméstico porque era só eu e ele, né?! E até não era uma situação confortável pra mim. Eu ficava **constrangida** de tá nessa situação. Mas aí com a pandemia, como meu trabalho era muito presencial, e aí eu tive alguns problemas com as minhas sócias também. Eu não tinha muito que escolher. Aí eu decidi realmente **ficar off**. E nisso ele recebeu proposta de emprego melhor. A gente foi pra João Pessoa, depois veio pra cá, pro Rio. E aí, uma coisa era eu e ele só. Eu cuidar da casa e ele cuidar, né... São duas pessoas, mas com meu filho, eu me vi assim num, sei lá, num lugar onde eu não conseguia sair daquilo. (Francisca Andrade)

Surgem outros repertórios que falam também da (in)visibilidade do trabalho e sua desvalorização. Aquilo/Aquelas/Aqueles que estão “por trás dos bastidores” não são as/os atores principais, não são as/os protagonistas. São quem realizam um trabalho do qual sem ele não existe a peça, mas ficam por trás do que acontece planejando, articulando, gerenciando etc.

Eu não conseguiria ser...Hoje em dia: ‘Ah, Beatriz, vou te dar...seu marido ganha bem!’ Vamo supor que seu marido ganhe 10 mil reais. Po, dá pra viver super top! Você vai ser dona de casa! Não, eu não consigo. Eu preciso trabalhar. (Beatriz)

Trabalho Remunerado e Gênero

Esse tema é dividido em duas partes, na primeira agrupamos "Trabalho remunerado" e "Gênero", pois os repertórios são bastante transversais e articulados, de forma que fez mais sentido expô-los e compreendê-los ao mesmo tempo. Nessa primeira parte observamos o predomínio dos repertórios em uma das entrevistas, na

qual trouxe uma série de provocações. No segundo momento a temática gênero será abordada de forma mais específica, pois trata-se de repertórios associados às mulheres, aos homens e às relações de gênero.

No ano da pandemia, Beatriz foi contratada para um emprego no estacionamento de um shopping. Na primeira semana de trabalho ela descobriu que estava grávida e nos contou como foi a descoberta diante do trabalho e como se sentiu:

Quando eu fiquei grávida eu tinha apenas uma semana de trabalho na empresa. Tinha acabado de assinar minha carteira, literalmente [...]. Aí o patrão ficou um pouco chateado porque ele não contratava mulher. [...] Ele não gostava de contratar mulher por causa da licença maternidade, porque é uma empresa muito pequena, só tinha 10 funcionários. [...] Me senti muito culpada por ter engravidado logo assim, então...aí eu voltei a trabalhar e fazia assim, não ia todo dia, ia meio período quando eu ia... (Beatriz)

O retorno ao trabalho se deu dois meses após o nascimento da sua filha e foi motivado pelo sentimento de culpa e medo de perder o emprego. A entrevistada conta que não podia perder aquele emprego, pois seria muito difícil conseguir outro trabalho com a flexibilidade (de dias e horários) que ela tinha e que permitia conciliar com os cuidados da sua filha recém-nascida.

Esse repertório abre a discussão a respeito da discriminação de gênero no trabalho que ocorre muitas vezes apoiada na diferenciação de fatores biológicos entre os sexos, constroem-se então diferenças sociais pautadas na biologia. Algumas empresas e empregadores acreditam em uma subalternidade feminina e/ou incapacidade profissional por causa da possibilidade de se tornar mãe.

Segundo, Ângela Araújo (2007), é muito comum utilizarem de um argumento diretamente, como no caso da entrevistada, no qual o patrão “ficou chateado” e “não contratava mulher”, ou indiretamente para justificar a não contratação ou a demissão, o que diz respeito aos gastos com os direitos relativos à maternidade e ao cuidado com os/as filhos/as, os quais aumentariam o custo do trabalho exercido por uma mulher em comparação aos homens. Todavia, a autora aponta que a existência de um maior custo do trabalho feminino é mais um mito do que um dado de realidade, na medida em que o custo não recai de forma direta sobre os/as empregadores/as, sendo pago pelo sistema de seguridade social ou por fundos públicos no caso de alguns países.

O preconceito para com as mulheres no mercado de trabalho, além de impossibilitar a emancipação das mulheres, trata-se de uma violência de gênero que

(re)produz desigualdades. Essa discussão leva-nos a compreender melhor as condições que historicamente as mulheres, sobretudo mulheres negras, ocupam postos de trabalho precarizados e desvalorizados em comparação aos homens (NASCIMENTO, Tamires; GONÇALVES, Renata, 2021).

*Na **porta de entrada** eu já to precisando me ausentar. Tem que levar filho em pediatra uma vez por mês durante a hora do trabalho, por exemplo. Porque no primeiro mês é isso, você tem que se ausentar quase que um dia inteiro do trabalho. Eu ia de manhã e a tarde já não podia ir mais porque tem que pegar a criança, levar pro pediatra e é um rolê danado, né? E era uma vez no mês. E assim, no horário de trabalho porque você não consegue marcar pediatra, mal você consegue marcar pediatra, imagina marcar um pediatra fora do horário do expediente? [...] É tudo, não é feito pra você...nada é feito pra mãe trabalhar fora. (Beatriz)*

O repertório “porta de entrada” é contextualizado na experiência de Beatriz, que pouco depois de iniciar seu trabalho precisou se ausentar. Discutimos com esse fragmento do diálogo a dificuldade enfrentada por Beatriz e por muitas outras mulheres mães quanto ao acesso às políticas públicas de saúde. Ela pontua uma situação bastante emblemática na qual o acompanhamento pediátrico é necessário e para isso ela precisa se ausentar do trabalho. Não seria tão emblemático caso essa ausência não causasse um mal-estar diante da sensação de favor por parte do/a empregador/a ou a ameaça de perda de garantia de direitos e do emprego.

No caso dessa mulher mãe, ela trabalhou com sua filha recém-nascida, levando-a alguns dias para o trabalho, em outros dias trabalhava de casa ou deixava sua filha com sua mãe. Como vimos no tema *rede de apoio e cuidado compartilhado*, duas das entrevistadas contaram com pessoas da família, principalmente outras mulheres, para cuidarem de suas crianças e permanecerem exercendo seus trabalhos remunerados.

*Então a minha filha passou a ficar com a minha mãe, mas isso foi muito problemático pra mim porque era inaceitável pra mim que exigissem que eu trabalhasse, sendo que **não forneciam condição para que eu trabalhasse sendo mãe**. Então assim, na minha cabeça, na época, Carol, foi muito problemático. Porque eu não gosto, eu detesto injustiças. (Ana)*

Quais são as condições de trabalho para uma mulher que experimenta a maternidade? Que mulher e maternidade são essas? Como um determinado trabalho interfere no exercício saudável de uma maternidade? Como garantir o sustento das crianças, com trabalhos remunerados, sendo que esses trabalhos muitas vezes não respeitam as demandas e especificidades das mulheres mães e de suas crianças? Questionamentos que abrem outros e que nos fazem pensar a importância dessa discussão de forma politizada.

O Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Nº 14.611, de 3 de julho de 2023³³, estabelece uma diretriz que trata exclusivamente do acolhimento às trabalhadoras no processo de maternagem. Essa diretriz determina algumas estratégias e ações como a construção de ambiência adequada e espaço acolhedor para as mulheres lactantes, a sensibilização à redução da carga horária e metas de trabalho, no primeiro mês, após o retorno da licença-maternidade, e a flexibilização de horários de trabalho, garantindo descansos especiais, durante a jornada de trabalho até o/a bebê completar 6 meses, além dos intervalos normais para repouso e alimentação.

Portarias como essa representam avanço de fundamental importância com relação aos direitos das mulheres mães no contexto de trabalho e dão voz a narrativas como as de Ana. No caso dela, o único jeito que ela tinha para continuar trabalhando era terceirizar os cuidados de sua filha para sua mãe, que também estava exercendo um trabalho remunerado, porém em casa. Não ter condição para trabalhar sendo mãe é não ter condição de exercer seu trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, garantir o cuidado de sua filha, sobretudo por meio de políticas públicas, como creches e instituições que, naquele período, estavam suspensas ou restritas. Contar com uma rede familiar é uma estratégia individualizada, que cada mulher mãe pode ou não ter. O sentido de “injustiça” apontado por Ana é compreendido de forma subjetiva, levando em conta a sua história e o efeito de um cenário de ausência de “condições” para a manutenção do cuidado.

Em meio a isso, muitas outras mulheres mães que não contam com redes de apoio perderam e/ou tiveram que renunciar aos seus empregos para se dedicar ao cuidado das/os filhas/os. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) realizou uma pesquisa que indica que mulheres foram as que mais perderam empregos e tiveram prejuízos com relação ao mercado de trabalho, durante a pandemia da covid-19.

Discutimos no início desta pesquisa que o debate entre gênero e trabalho só é possível a partir da compreensão dos marcadores interseccionais e, nesse sentido, é muito interessante observar que o próprio conceito de interseccionalidade proposto

33 Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-230-de-7-de-marco-de-2023-468487936>

pela teórica feminista negra, Kimberlé Crenshaw (2002), surgiu justamente em um contexto de trabalho³⁴ com discriminações que demarcavam não só o gênero feminino, mas também a racialidade negra. A autora conta que algumas mulheres negras entraram com um processo contra uma empresa nos Estados Unidos, alegando que sofriam discriminações no processo de contratação.

Apesar da empresa contratar mulheres, as mulheres contratadas não eram negras, por isso o tribunal recusou a queixa dessas mulheres por discriminação sexual e recomendou que fosse encaminhada como discriminação racial. Contudo, homens negros eram contratados pela empresa e dessa forma, a ação não era estritamente racial, mas uma ação que alegava duas formas de discriminação, racial e sexual. Nesse sentido, as mulheres negras só estariam protegidas pela lei quando suas vivências coincidissem às condições de um dos dois grupos, invisibilizando as discriminações sofridas entre marcadores diferentes e articulados.

Recentemente foi publicada a Lei Nº 14.611³⁵, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios de remuneração entre mulheres e homens. Em seu artigo 5º define que o poder executivo divulgará indicadores atualizados sobre mercado de trabalho e renda separados por sexo, inclusive indicadores de violência contra as mulheres, de vagas em creches públicas, de acesso à formação técnica e superior e de serviços de saúde, bem como demais dados públicos que impactam o acesso ao emprego e à renda pelas mulheres e que possam orientar a elaboração de políticas públicas. Essa lei demarca importante avanço na elaboração de políticas públicas que busquem diminuir as desigualdades no contexto do trabalho.

*É, a gente já foi muito calada, né?! A gente já foi muito **podada**, muito... Acho que a gente tem que ir retomando mesmo. A gente tem que retomar isso, esse espaço, ir ocupando mesmo, nosso lugar! (Amanda)*

Já nas questões de gênero, segundo ponto deste tema, o repertório que chama a atenção utiliza-se do verbo *podar* que, no contexto que a entrevistada disse, produz sentido de silenciamento da mulher. As escolhas de estudo e profissão da Amanda são voltadas para o cuidado e a saúde das mulheres, principalmente daquelas que são mães, sendo parte de um movimento contra esse silenciamento, na medida em que esse repertório surge após manifestar seus interesses.

³⁴ Esta explicação está expressa no ted talk: "A urgência da Interseccionalidade", disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br

³⁵ Lei disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.611-de-3-de-julho-de-2023-494137808>

*Porque você no puerpério é muito cansativo, né?! Você fica...”poxa, no momento que eu precisava tanto de suporte, né?!” Eu tava tão cansada, tão sugada...ainda ter...quando eu me lembro desse processo, eu penso nisso assim, eu ainda tenho que ir lá e educar uma pessoa a cuidar das suas coisas, a ter empatia, a se colocar no lugar do outro. Porque eu acho que a questão estrutural é muito disso assim, sabe?! Se colocar nessa **infantilização** mesmo do homem, de se colocar no lugar de filho, de que precisa ser cuidado. E enfim, eu acho isso. E a gente que tem que tá lá e cuidar, fazer enxergar isso...eu ainda to muito cansada, assim, sabe?! Eu olho pro nosso relacionamento, fico pensando: “poxa, eu não queria ter **perdido essa energia toda.**” Eu queria ter sido mais cuidada nesse momento. (Francisca Andrade)*

É, é uma construção. E aí hoje ele tá conseguindo assimilar mais e se comunicando um pouco melhor. Uma coisa que eu achei interessante é que eu vi que os homens não são muito educados também a lidar com as emoções, né?! e formular as emoções e colocar isso pra gente, né?! E aí, esse diálogo é muito um problema assim, essa coisa do gênero feminino, a mulher e o homem. E aí é como se ele tivesse aprendendo a conversar, a entender qual emoção que ele tá sentindo também. (Francisca Andrade)

No primeiro momento do diálogo, Francisca comenta sobre o período do puerpério, no qual compreendemos sentidos como cansaço excessivo, necessidade de suporte e cuidado. É possível compreender questões que ultrapassam esse momento de puerpério, que já é em si desafiador, mas acaba se tornando ainda mais cansativo e dispendioso. Diante da expressão “infantilização” como repertório me lembro de um diálogo também construído no prosinha, no qual a professora Telma nos convida a pensar sobre como as mulheres, muitas vezes parecem “maternar” seus parceiros e com o surgimento da maternidade e a necessidade de maternar a/o bebê, nós começamos a questionar esse movimento de maternar os “parceiros”.

Em seguida, ao nos convocar a pensar sobre gênero e o campo das emoções, nos perguntamos: Quais histórias e narrativas³⁶ podem contribuir para que o(s) homem(s) sintam(m) dificuldade de acessar/compreender suas emoções ou mesmo decidam por não se conectarem a elas? Será que esse “desconhecimento” das próprias emoções é um dos efeitos das narrativas que tentam categorizar e universalizar o “ser mulher” e o “ser homem”?

Os repertórios que traremos abaixo abordam algumas transformações nas vidas das mulheres com a chegada da maternidade e o processo de “tornar-se mãe”:

³⁶ Me recordei de um caso clínico que atendi, de um homem de 29 anos que chegou com a demanda de não conseguir entender bem e nem expressar no seu casamento coisas que ele sentia. Ao longo do processo, ele me conta que sua mãe lhe dizia na infância como uma ameaça, que caso ele chorasse, ele poderia deixar de ser homem. Observamos então os efeitos da massificação tóxica acerca da masculinidade e penso como é importante continuar avançando a fim de deslegitimar estereótipos e acolher formas de sentir mais libertadoras.

*Porque pra mim agora eu to um pouco acho que **fragmentada** ainda, sabe? Sinto fragmentos assim, meio perdida, de quem eu fui lá atrás, de quem tá se desenvolvendo...e assim o cuidado é tão intenso né, que é difícil você ter interesse assim por outras coisas, porque você tá ainda tão envolvido com aquilo, mas eu sinto falta de vivenciar outra coisa que não seja esse cuidado e só a relação com o meu marido. (Francisca Andrade)*

*Que assim eu ainda não cheguei nesse momento de conseguir me nutrir totalmente. Porque tem muita coisa que eu queria fazer, sabe, ainda... **me entender como mulher de novo, né?! Criar vínculos que não sejam necessariamente...pra falar do meu filho, sabe?** mas eu acho que é um processo natural também, né?! (Francisca Andrade)*

*No meio desse ‘trelele’ todo que foi, também foi um momento que eu consegui me **resgatar** um pouco e me perceber. Muito do que a gente conversou sobre a mandala veio nesse momento de pandemia. Sobre esse **despertar mulher** novamente, veio na pandemia. Entendeu? Porque eram 3 anos de maternidade em que eu fiquei muito perdida, minha identidade de mulher era toda assim, só cabia meu ex na minha vida, o pai do meu filho. Ele continuou se relacionando com outras mulheres, continuou vivendo a vida, o masculino dele. (Amanda)*

No primeiro repertório, compreendemos “fragmentada” como um sentir-se em “pedaços” e como a própria entrevistada coloca, sentir-se “perdida”. Ela aponta que nos primeiros meses o cuidado ocorre de forma tão intensa e que por isso é difícil ter outros interesses, mas que ao mesmo tempo sente falta de viver outras coisas além dessa experiência.

Certa vez, assisti em algum lugar um vídeo que falava que para viver a maternidade a pessoa se planeja como quem vai fazer uma viagem para fora do país. Organiza um roteiro, escolhe datas, passagens e experiências que quer ter, mas por algum motivo precisa mudar a rota e, por mais que tenha se preparado, descobre no caminho que não sabia tão bem o idioma. Um roteiro pode ajudar a viagem, principalmente para lidar com a ansiedade e construir segurança, mas nenhum será capaz de abarcar todos os imprevistos que surgem ou de traduzir como será esta experiência.

Nessa perspectiva, enxoval, dicas, cursos e outras ferramentas são pensadas e podem funcionar, contudo nada disso vai ensinar o que a gente só aprende na relação com a/o outro/a. Lembrei dessa analogia com a viagem nesses repertórios, porque a maternidade, assim como a viagem, irá (trans)formar a história de vida. Sentir-se fragmentada diante da chegada de alguém parece acontecer, porque a gente já imagina que não dá para ser mais a mesma pessoa “de antes” depois que se torna mãe, mas a gente não sabe quem dá para ser, justamente porque só é possível

descobrir no processo e na relação com quem está por vir. Afinal, além de não conhecer essa outra pessoa, você também não conhece quem você é com ela. De todos os modos, compreender quem se é depois e com a experiência da maternidade é uma forma de olhar “além” da própria maternidade, um olhar para a mulher que não deve ser reduzida à função/experiência materna. Com isso, abrimos discussão também para a construção de ideias falaciosas de que a maternidade é a “realização” do feminino, de que a condição maior para que uma mulher seja feliz e realizada é ser mãe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi marcada por mudanças significativas no campo-tema mobilizadas por minha experiência de pesquisa enquanto mulher, mãe e psicóloga clínica que realizava atendimentos no espaço doméstico. Repensar o trajeto da pesquisa a partir de inquietações da minha realidade foi um processo desafiador e igualmente fundamental.

A crise sanitária da covid-19 provocou o aumento de iniquidades de ordens sociais, políticas e econômicas no mundo e sobretudo, no Brasil. Tantas fragilidades nos fazem afirmar a urgência de releituras com relação às políticas de saúde, segurança, coletividade e garantia de direitos. A perspectiva interseccional nos levou à compreensão acerca do aumento de desigualdades no período pandêmico evidenciando que marcadores de gênero, raça e classe são peças prioritárias para diferentes configurações de vivências e, nesse sentido, estratégias e políticas públicas precisam ser construídas, considerando tais marcadores.

Ressaltamos, ao longo deste trabalho, que as mulheres foram fortemente afetadas e mobilizadas por esse contexto e nos propomos a pensar sobre os efeitos para as mulheres que vivenciam as maternidades. Assim, para construir as considerações finais resgatamos a pergunta orientadora: Quais são os sentidos produzidos por mulheres mães ao compartilharem suas vivências de cuidado com os espaços domésticos e com as crianças na pandemia da covid-19?

As rotas para nos apropriarmos da investigação teve início com aproximações na literatura sobre gênero, espaço doméstico e desigualdades. Compreendemos como algumas questões contribuíram para que as mulheres fossem as mais responsabilizadas pelas crianças e pelo espaço doméstico e como as articulações entre gênero e cuidado produziram efeitos na história e provocaram desigualdades.

Propomo-nos, então, a investigar na literatura novamente, questões que dizem respeito aos espaços domésticos e às maternidades agora no contexto da pandemia, que foi acompanhado por mudanças, adaptações e outros efeitos. Apesar de termos levado em conta as discussões de gênero, em ambas as investigações, buscamos dialogar com a perspectiva da interseccionalidade, pois ela nos afirma que é fundamental desconstruir qualquer hierarquia diante dos marcadores de raça, classe e gênero. Dessa forma, afirmamos ser impossível debater gênero e espaços domésticos sem compreender que vivências de privilégios e discriminações são construídas por diferentes marcadores.

No capítulo “O campo em um diário: histórias que contam sobre gênero, maternidades e cuidado” selecionamos algumas histórias dos diários de campo desenvolvidos ao longo da pesquisa que mobilizou muitos afetos e inquietações. Esse capítulo foi construído de forma não linear e trouxe o campo-tema de forma muito viva e presente no cotidiano.

Os caminhos metodológicos se aproximaram com um “fazer ciência” de forma democrática que nos mostra que o conhecimento é produzido dialogando com pessoas e histórias. Diante do processo metodológico observamos que o padlet acabou não sendo uma ferramenta útil e disparadora dos diálogos, contudo sua construção foi descrita pois através dele explorei provocações e aproximações ao campo-tema. As entrevistas foram momentos riquíssimos do processo que contribuíram para investigar as experiências e os sentidos. Os mapas dialógicos auxiliaram na construção dos temas transversais e na identificação dos repertórios linguísticos. No processo de análise compreendemos as entrevistas de modo contextualizado e singular, embora também nos dedicamos a movimentar os repertórios com o objetivo de produzir diálogos entre eles. Os temas foram identificados como transversais, pois se entrelaçam constantemente a partir de inúmeras conexões. Sendo eles: “Pandemia”; “Maternidade”; “Redes de apoio e/ou cuidado compartilhado”; “Espaço doméstico e Trabalho doméstico não remunerado”; “Trabalho remunerado e Gênero”.

Em cada um desses temas identificamos repertórios linguísticos que falam de sentidos como sobrecarga das mulheres mães entrevistadas com relação ao exercício dos trabalhos remunerados, dos trabalhos nos espaços domésticos, que abrange o cuidado com a casa e com as filhas e filhos. Compreendemos outros sentidos como medo, insegurança, autocobrança, culpa, solidão e ao mesmo tempo prazer ao exercerem as maternidades.

Discutimos também o compartilhamento ou a ausência deste com relação às responsabilidades dos pais das crianças e com isso compreendemos a existência de tensões, desafios e conflitos. Observamos dessa forma que o tema “Redes de apoio e/ou cuidado compartilhado” afetaram e afetam diretamente os sentidos vivenciados por essas e outras mulheres mães demonstrando que a importância dessas redes deve ser discutida de forma coletiva para que suas possibilidades sejam pensadas e ampliadas a partir de comprometimento político e do estado.

A pesquisa demonstrou que as vivências das maternidades, principalmente no contexto da pandemia, são construídas por contradições de sentimentos e desejos e desse modo tais vivências podem ser compreendidas tanto em suas singularidades e complexidades, como por questões que lhes são coletivas.

Nos esforçamos em produzir uma escrita que não re-produza a invisibilização das mulheres frente ao exercício das maternidades e ao trabalho doméstico não remunerado. Nessa perspectiva, trabalhar com as narrativas das mulheres mães entrevistadas contribuiu justamente para visibilizar os sentidos acerca de suas vivências e abrir possibilidades de enfrentamento das dificuldades, bem como a produção do cuidado dessas/com essas mulheres mães.

Os temas maternidades, espaços domésticos e pandemia, trouxeram discussões complexas e situadas, nos apontando para a relevância de torná-las centrais no contexto das políticas públicas e da sociedade como um todo. Compreender as vivências dessas mulheres mães nos afirmou a importância de que outros estudos continuem produzindo e fomentando o debate sobre este campo-tema, buscando a valorização do exercício do cuidado nos espaços domésticos, a construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades, além do desenvolvimento de políticas públicas que priorizem vivências e demandas tanto das mulheres mães, como também das crianças.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gabriela Cavalcanti de; Histeria feminina no Ocidente: Conceito e patologização do corpo da mulher. **XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)**. 2018. Disponível em:

<http://www.sinteseeventos.com.br/site/redor/GT3/GT3-24-Gabriela.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; STANECK, Flávia Simplício André. Redes femininas e proteção social: trocas intergeracionais nos cuidados na infância. **Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social**, v. 1 n. 1, Espírito Santo, 2015. Disponível em:

<file:///C:/Users/Carolina/Downloads/lgarcia,+Redes+femininas+e+prote%C3%A7%C3%A3o+social.pdf>. Acesso em 10 abr. 2013.

ANDRADE, Camila Damasceno de **PÚBLICO, PRIVADO E DOMINAÇÃO DE GÊNERO**. CAPTURA CRÍPTICA: Direito, política, atualidade. Florianópolis, v.7, n. 1, 2018. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3442/2607>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina Stela Corrêa (org) **Cuidar, verbo coletivo: diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19** - Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.

ARAGAKI, Sérgio S.; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PEREIRA, Camila Claudiano Quina; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary Jane. Et al. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

ARAGAKI, Sérgio S.; PIANE, Pedro P.; SPINK, Mary Jane. Uso de Repertórios Linguísticos em pesquisas. In: SPINK, Mary Jane. Et al. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Centro Edelsteinmai de Pesquisas Sociais, 2014.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Ameaças aos direitos trabalhistas das mulheres e a configuração de novas demandas relativas às questões de gênero. In: LIMA, Maria Ednalva B. et al. (Org.). **Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 81-101.

ARAÚJO, Tânia Maria de; LUA, Iracema. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]**. 2021, v. 46, e27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. 2009. 319f. Tese (doutorado). Curso de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9427/1/arquivo4226_1.pdf. Acesso em 22 jun. 2020.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres / SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão - Recife: SOS Corpo, 2014**. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_trabalho_versaoonline-1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENTO, Cida; SANTOS, Giselle dos Anjos; Mulheres negras e o mercado de trabalho no Brasil. In: ANTLOGA, Carla Sabrina; MAIA, Marina; SANTOS, Noemia de Moraes (org.). **Trabalho Feminino Desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021.

BIANCONI, Giulliana; LEÃO, Natália; FERRARI, Marília; ZELIC, Helena; SANTOS, Thandara. Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Gênero e Número; SOF Sempre Viva Organização Feminista (orgs.)**. 2021. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

CANDIOTA, Helena dos Santos; VERGARA, Daniel Luis Moura. Empregadas domésticas, identidade e imagem: uma etnografia no Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas. In: **Anais do XII ENPOS - Mostra Científica, 2010, Pelotas-RS. Universidade Federal de Pelotas**, 2010. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_00357.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena da Universidade Católica de Pernambuco**. (2020). Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2002, v. 10, n. 1, pp. 171-188. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 abr. 2022.

ENGEL, Cíntia; PEREIRA, Bruna. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género** - 2015. nº 5. 2015. ISSN 0719-0417 / 4-24. Disponível em:

<https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/37658/39320>. Acesso em: 02. abr. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: elefante, 2018. 338p.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista De Antropologia**, 64(3), e189648. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Feminismo, trabalho e cuidados: por todas nós, pela minha mãe! **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 7–22, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/52980/28292>. Acesso em: 2 maio. 2022.

FUTINO, Regina Silva. Uma “quase da família” que se torna essencial durante a pandemia: breves considerações sobre o trabalho doméstico no Brasil durante a crise da covid-19. In: ANTLOGA, Carla Sabrina; MAIA, Marina; SANTOS, Noemia de Moraes (org.). **Trabalho Feminino: desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araújo, HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Atêlie Editorial; 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. 1995. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 20 mai. 2022.

HIRATA, Helena. O que mudou e o que permanece no panorama a desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (orgs.). São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho

e Autonomia Econômica das Mulheres; 2017 / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4216089/mod_resource/content/1/Aula%204%20texto%201.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>. Acesso em: 23 maio. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10786/1/td_2684.pdf

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena ; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

LORDE, Audre. **Irmã outsider** / Audre Lorde; tradução Stephanie Borges. - 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Disponível: <https://grupoautentica.com.br/download/extras/Irma-Outsider.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MATOS, Izabella Barison; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti; Oliveira, Maria Conceição de. Profissões e ocupações de saúde e o processo de feminização: tendências e implicações. **Athenea Digital**. 2013; 13(2):239-44. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118035/000894801.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, 2021, 30(1), 187–210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v30n1art09>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MELO, Hildete. **A vida das mulheres em tempos de pandemia**. Friedrich Ebert Stiftung, 13 de abril de 2020. Disponível em <https://brasil.fes.de/detalhe/a-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 22 dez. 2022

MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos. **Pedagogia da violência: as relações de poder entre mãe e filha. (2002)** Recife: Bagaço.

MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista** / São Paulo: SOF, 2015. 96p. Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e

Feminismo, 4. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%c3%b5esepraticasdetransforma%c3%a7%c3%a3ofeminista.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães; GONÇALVES, Renata. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. O público e o privado. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará**, v. 19 n. 40, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Carolina/Downloads/mmotabrazil,+publico-privado-40-11.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento; TAVANTI, Roberth Miniguine; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de Mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas cinéticas. In: SPINK, Mary Jane. Et al. (orgs). **A produção de informação na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PESTANA, Bárbara Militelo; RODRIGUES, Guilherme dos Santos Dias; As relações sociais de gênero e a divisão sociosexual do trabalho. In: ANTLOGA, Carla Sabrina; MAIA, Marina; SANTOS, Noemia de Moraes (org.). **Trabalho feminino: desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021. Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto; **Apoio social e experiência da maternidade**. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 85-96, abr. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 jun. 2023.

SILVA, Christiane Leolina Lara; SILVA, Araújo; MOREIRA, Maria Ignez Costa e BARROS, Vanessa Andrade. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100028&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 fev. 2023.

SILVA, Juliana Marcia Santos Silva; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Lívia Silva. **A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia**. Revista Feminismos, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114> Acesso em: 13 jun. 2022.

SILVEIRA, Marília; CONTI, Jossiellem. Ciência no feminino: do que é feita a nossa escrita?. **Revista pesquisas e práticas psicossociais**, 11(1), 53–68. 2016.

Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1529/1119. Acesso em: 22 abr. 2023.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista**. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2003, v. 15, n. 2, pp. 18-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>. Acesso em: 09 mar. 2022.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisa sociais. 2013.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho Doméstico**. *Feminismos Plurais* / coord: Djamila Ribeiro, p. 248, São Paulo, 2021.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. *Civitas, Revista Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 412-422, Dec. 2021. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892021000300412&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2023.

ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER- FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara Flor. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, 2022, 30(2), e86991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação** / 1, ed, - Curitiba: Appris, 2018.